

EDITORIAL

O Curso de Economia da FAE Centro Universitário apresenta o periódico eletrônico mensal *Vitrine da Conjuntura*, referente a novembro de 2016, com três artigos que discutem o quadro recente da economia brasileira, e mais as seções permanentes do Panorama Econômico e dos Indicadores.

O primeiro texto descreve o conteúdo e os desdobramentos da proposta de emenda constitucional (PEC) 241, que limita os gastos primários da União por duas décadas. Em continuidade, a segunda incursão contesta algumas barreiras corporativas erguidas contra a PEC 241. Por fim, o terceiro artigo avalia a redução da taxa de juros Selic, decidida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, em 19 de outubro de 2016.

Excelente leitura.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.

Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor da FAE, eleito “O Economista Paranaense Acadêmico do Ano de 2011”, pelo Corecon/PR, e vencedor do Prêmio “Imprensa”, em 2011, 2012, 2013 e 2014, na categoria gestor de empresa pública, oferecidos pelo grupo Quality TV & Jornais.



Gustavo Nunes Mourão

Economista, mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá e professor da FAE.

DESVENDANDO A NATUREZA E OS EFEITOS DA PEC 241

Gilmar Mendes Lourenço

A proposta de emenda constitucional (PEC) 241, aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados, fixa um limite para a expansão dos gastos primários (excluindo os juros incidentes sobre a dívida) dos poderes executivo, judiciário e legislativo, inclusive o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública da União, a ser implantado, depois de votado e chancelado em dois tempos no Senado, a partir de 2017, com base nos montantes dispendidos em 2016, acrescidos da inflação daquele ano, medida pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em outras palavras, doravante o montante das despesas dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, dos fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público e das empresas estatais dependentes sofrerá apenas a atualização monetária pela aplicação da variação do IPCA do exercício anterior.

Essencialmente, a PEC, em vez de representar um novo regime fiscal, como preconizam os seus artífices, constitui uma espécie de punição ao desrespeito ou escape à Lei de Responsabilidade Fiscal (instituída em 2000) ou uma tentativa de ajuste pela ótica dos gastos, dispensando, ainda que provisoriamente, o uso de expedientes convencionais configurados em acréscimos da carga de impostos (por conta da exaustão da capacidade contributiva da sociedade) e do endividamento, e englobando o risco de a evolução da arrecadação não vir a acompanhar a espiral de preços.

Na verdade, a exacerbação das vinculações de receitas, promovida pela Carta Magna de 1988, magnificou o tamanho do Estado brasileiro, sustentado pela continua subida da cunha tributária e da contratação de dívida, até o limite de tolerância social e iminência de insolvência governamental. Com o esgotamento de tais fontes, a dimensão fiscal passou a superar a própria magnitude do Estado.

Isso é especialmente verdadeiro quando se constata que os gastos correntes do governo central experimentaram incrementos reais superiores a 50%, contra menos de 15% das receitas tributárias e 18% do PIB, no intervalo de tempo compreendido entre 2008-2015, impulsionando o passivo, e sinalizando o perigo de falência, do setor público, principalmente no triênio 2014-2016.

Essa catástrofe derivou da combinação entre precária administração financeira das contas da União, radicalizada com as pedaladas fiscais que levaram ao impeachment da presidente da república, e recessão, atestada por acentuada queda do consumo e do investimento.

Os debates travados no legislativo resultaram na definição de proteção às despesas com saúde e educação, com a determinação de pisos, e não de tetos.

Os debates travados no legislativo resultaram na definição de proteção às despesas com saúde e educação, com a determinação de pisos, e não de tetos, e adequação apenas a partir de 2018, inclusive com possibilidade de majoração real dos valores alocados, condicionada à compressão de outras rubricas orçamentárias. Tal exercício oportunizará o emprego de posturas mais rigorosas voltadas à fixação de prioridades e à derrubada de vícios, de múltiplas naturezas, enraizados na deliberação de alocação de haveres públicos.

Sem contar, no caso da educação (18% do orçamento global), que o ensino infantil e fundamental, de responsabilidade dos municípios, e médio, que cabe aos estados, absorvedor de

75% do montante das destinações financeiras para a área, não foi incorporado à PEC, além das transferências para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o de Financiamento Estudantil (Fies). No caso da saúde, o texto definiu que a base de cálculo do piso será de 15% da receita líquida, e não 13,7% como estipulava o projeto original.

Conforme já assinalado, a empenhada contida na PEC será efetuada gradualmente, em um período de 20 anos, com revisão anual a partir do décimo ano, por intermédio de projeto de lei complementar (PLC). Se o esforço vier a se concretizar, a despesa corrente do executivo federal regressará aos apreciáveis degraus de 2014, apenas em 2019, e a relação dívida/produto interno bruto (PIB) atingirá a desejada estabilidade perto de 2024.

Nessas circunstâncias, para protagonizar o papel de um contemporâneo aparato fiscal, a PEC do teto deverá vir acompanhada de uma segunda etapa ou geração de reformas estruturais, cujo embrião teria sido lançado nos anos 1990, de maneira antecedente e subsequente à estabilização monetária, conferida pelo Plano Real, com características de um novo marco institucional da nação.

Dentre os avanços complementares à PEC, ou os reparos das deformidades fiscais, sobressai a execução de um rearranjo federativo, com a redefinição de receitas e encargos, entre os diferentes entes (União, Estados e Municípios). Presentemente, a União abocanha quase 70% do valor dos impostos, taxas e contribuições recolhidos no País.

Igualmente relevante seria a eliminação dos privilégios e do caráter regressivo do sistema tributário, implícito na exagerada incidência de itens indiretos, que penaliza a população mais pobre, a apreciação criteriosa dos custos e benefícios dos distintos programas de gastos oficiais e dos enormes salários, o reexame do acesso gratuito a serviços públicos pelos estratos do topo da pirâmide, e o redimensionamento do judiciário.

A propósito desse último ponto, algumas simulações revelam que o poder judiciário brasileiro lidera o certame planetário de dispêndios, em relação à magnitude do aparelho econômico, ao consumir 1,3% do PIB, contra 0,14% do PIB nos Estados Unidos, e 0,2% do PIB em nações emergentes como Chile e Colômbia, com resultados bastante discutíveis e/ou modestos.

Por fim, soa crucial a adequação dos benefícios do regime geral da previdência social à proximidade temporal da exaustão do bônus demográfico e ao alargamento da expectativa de vida da população, o que exigirá maior disponibilidade de recursos para a saúde e menor para a educação, com a queda potencial do volume de estudantes. As despesas atreladas à previdência (aposentadorias, pensões, abono salarial, seguro desemprego, entre outras) representam 40% do orçamento da união e crescem cerca de 4% ao ano acima da inflação, por conta dos mecanismos de indexação automática.

Um Estado sarado requer a supressão de gorduras e a recuperação de musculatura. Em não acontecendo isso, sobrarão, ao governo, a normalmente complicada tarefa de gestão da taxa de juros, em linha com o ciclo econômico, e represamento das pressões inflacionárias, através da intervenção em preços-chave como câmbio, tarifas públicas e combustíveis, reprisando condutas fracassadas no final dos anos 1970 e durante a década de 1980.

BARREIRAS CORPORATIVAS À PEC 241

Gilmar Mendes Lourenço

A proposta de emenda constitucional (PEC) 241, que restringe a evolução dos desembolsos primários da União à inflação, por duas décadas, com previsão de revisão e ajustes da regra na metade do tempo, vem sofrendo ataques de entes interessados na preservação de privilégios seculares e setores vitimados por miopia ideológica ou falta de compreensão dos princípios básicos de finanças, alicerçados no argumento de inviabilização das funções públicas essenciais.

Apenas em caráter de exemplo, a Procuradoria-Geral da República (PGR) chegou a encaminhar um documento, ao Congresso, qualificando o projeto de inconstitucional por provocar a fragilização dos pilares institucionais do Estado, ao fazer minguar os haveres requeridos para ações como reajustes salariais, readequação de carreiras e renovação de quadros de pessoal.

De seu turno, o Conselho Federal de Economia (Cofecon), legitimado por deliberação do vigésimo quinto Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, acontecido no período compreendido entre 31 de agosto e 02 de setembro de 2016, em Natal, Rio Grande do Norte, emitiu nota posicionando-se “francamente contra” a proposição, baseado em uma espécie de eternização da retaguarda de proteção social instaurada com a Carta Magna de 1988. Outras entidades levantaram bandeiras e palavras de ordem contra a retirada de recursos das áreas sociais, especialmente saúde e educação.

Na verdade, tanto constituintes da segunda metade da década de 1980, quanto os grupos de desqualificação da PEC 241, desprezaram a lógica econômica da limitação orçamentária dos agentes públicos e privados, imposta pelos fluxos de renda e capacidade de endividamento. Os dispêndios da esfera federal, excluídos os juros, beiram 20% do produto interno bruto (PIB), contra 14% do PIB há menos de 20 anos.

O princípio elementar da restrição dos orçamentos só pode ser negligenciado, ainda que sob o pretexto de manutenção das iniciativas oficiais de transferência de renda e concessão de benefícios, por meio da perigosa combinação entre os expedientes formados por aumento da carga tributária e impulsão do endividamento do Tesouro, que, inclusive, ensejou o acréscimo das despesas do governo federal de 6% acima da inflação nos últimos dois decênios e meio.

Mais que isso. O fardo de impostos passou de 25,8% do PIB, em 1993, para 32,66% do PIB, em 2015, tendo chegado a 34,10% do PIB, em 2006. Já a dívida líquida do setor público (União, especificamente o Tesouro Nacional, Banco Central e INSS, e empresas estatais, estados e municípios) saltou de 30,1 % do PIB, em janeiro de 2014, para 44,1% do PIB, em setembro de 2016. A dívida mobiliária do Tesouro Nacional, fora do Banco Central, valorada pela

posição de carteira, subiu de 38,2% do PIB, em dezembro de 2014, para 47,5% do PIB, em setembro de 2016, como contrapartida aos gastos desenfreados, encobertos pelas maquiagens contábeis patrocinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O esgotamento da capacidade contributiva dos agentes econômicos e a disparada do endividamento conduziram o País a mais intensa e longa recessão desde o fim do século 19, atingindo, em cheio, a arrecadação de impostos e ativando o sinal vermelho para a solvência da esfera pública.

Decerto, a PEC 241 não constitui a solução mágica para os graves desequilíbrios macroeconômicos da nação, que vem bloqueando os canais de retomada do crescimento e diminuição das desigualdades sociais, como preconiza o Cofecon.

A PEC 241 não representa o fim, mas o começo de uma empreitada centrada na gestão técnica dos conflitos políticos subjacentes à preparação e execução dos orçamentos públicos.

Por isso, a peça legal não representa o fim, mas o começo de uma empreitada centrada na gestão técnica dos conflitos políticos subjacentes à preparação e execução dos orçamentos públicos, atividades até aqui dominadas pela acomodação, no legislativo, do poder das corporações, e outros supostos proprietários dos haveres extraídos da sociedade pelo governo, na forma das famosas emendas parlamentares.

Sem contar que a PEC não exerce qualquer interferência no descalabro recente das finanças das administrações estaduais e municipais, praticamente anulando os esforços de reestruturação dos passivos, realizados no primeiro quinquênio de 1990, e forçando o desencadeamento de nova rodada de renegociação que resultou na suspensão dos pagamentos, durante o segundo semestre de 2016, e a fixação de suaves prestações para 2017 e 2018.

Na mesma linha, ao contrário do que apregoam alguns movimentos, não há supressão de destinações à saúde e educação. Foram fixados pontos de partida (pisos) de 15% da receita líquida de 2017, para a saúde, e 18% do total de dispêndios para a educação, com correção pela inflação a partir de 2018, com possibilidades de elevações desde que mantido o agregado.

Por isso, a PEC carece de complementação por com um grupo de relevantes avanços, capaz de alterar radicalmente o marco institucional brasileiro, tal como ocorrido nos anos 1990 e começo de 2000, a partir da abertura comercial, desregulamentação, desinflação, privatizações e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Dentre os aprimoramentos imprescindíveis destacam-se a revisão do regime previdenciário, forçado pelo envelhecimento populacional, a construção de um sistema tributário menos regressivo, o rearranjo de receitas e responsabilidades entre as três instâncias federativas, a diminuição do peso do judiciário na absorção de recursos, a montagem de um contemporâneo aparato trabalhista e uma reforma financeira que propicie o acirramento da concorrência entre os bancos e, por extensão, a queda estrutural dos juros.

A LÓGICA NA QUEDA DOS JUROS

Gilmar Mendes Lourenço

Em consonância com as expectativas do mercado, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC) deliberou, no encontro de 19.10.2016, a redução de 0,25 pontos percentual na taxa básica de juros do País, conhecida como Selic (sigla para o sistema especial de liquidação e custódia), depois de transcorridos quatro anos, desde o último declínio, e quinze meses de estacionamento no elevado degrau de 14,25% ao ano.

A decisão da autoridade monetária constitui uma espécie de passo inicial no processo de abrandamento monetário que, se apoiado pela política fiscal, poderá ser intensificado ao longo de 2017, de modo a assegurar o erguimento de pilares consistentes para a retomada do crescimento econômico, absolutamente indispensável para a reversão curva recessiva e da deterioração do mercado de trabalho.

É impossível não enxergar que, apesar da contínua, ainda que moderada, renovação de esperanças no futuro, atestadas pela melhoria dos indicadores de confiança de empresários industriais e comerciais e de consumidores, mensurados por meio de pesquisas realizadas por entidades de classe, o lado real da economia ainda sangra.

Apenas a título de ilustração, não obstante o decréscimo no medo do desemprego e a subida da satisfação com a vida, apontados por sondagem da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e a elevação da intenção de consumo das famílias, entre julho e outubro de 2016, identificada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), a produção industrial e o volume de vendas do comércio e dos serviços ainda exibem rota cadente, em linha com a ascensão do desemprego e o encolhimento da renda média da população, apurados por pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nessas circunstâncias, a escolha pelo rompimento com o conservadorismo, passividade e, aparentemente, até insensibilidade diante da maior, em intensidade e duração, contração dos níveis de atividade da história da nação, repousa em fatores objetivos sintetizados no vislumbre da tendência de recuo das pressões inflacionárias, sobretudo daquelas produzidas por choques de oferta, particularmente dos preços dos alimentos, fortemente determinados pela dinâmica das safras agrícolas e da demanda internacional.

Em simultâneo, emerge os elementos ligados às expectativas menos desfavoráveis dos agentes em relação ao imprescindível ajuste das contas públicas, reforçadas com a aprovação, em dois turnos, pela Câmara dos Deputados, do projeto que estabelece teto para a expansão dos dispêndios primários do executivo federal, conforme a inflação pretérita aferida pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), do IBGE.

Mais que isso, mesmo na dependência de duas votações no Senado, a tramitação da proposta já confere credibilidade, ao transmitir a mensagem de forte possibilidade de concretização das intenções de perseguição de equilíbrio orçamentário e, por extensão, eliminação dos focos inflacionários derivados da ausência de racionalidade na gestão dos haveres transferidos pela sociedade ao governo na forma de tributos.

O corte na Selic pode sinalizar o começo da liberação das amarras financeiras que desestimulam produção, investimento e consumo no Brasil.

Por certo, mesmo não constituindo a única fórmula para solução dos graves problemas que perturbam o funcionamento do aparelho de negócios brasileiro, o corte na Selic pode sinalizar o começo da liberação das amarras financeiras que desestimulam produção, investimento e consumo e o escape do roteiro tradicional, baseado no incentivo à alocação dos recursos excedentes das corporações em modalidades não operacionais, em detrimento das aplicações em ativos reais.

Porém, o esforço do BC só fará sentido se possuir a capacidade de contaminar as demais instâncias do Palácio do Planalto e do Legislativo, na direção do

encaminhamento, discussão e aprovação dos aprimoramentos institucionais, necessários ao estancamento dos enormes e crescentes desequilíbrios fiscais e financeiros do setor público e à compressão dos custos e à impulsão da produtividade da microeconomia brasileira, expressos em mudanças no arcabouço tributário, previdenciário, trabalhista, administrativo, financeiro e patrimonial.

Seria ocioso destacar a natureza fundamental da defesa ferrenha e implantação dessas medidas para a conquista da estabilidade inflacionária e o conjunto de benefícios a ela acoplados, principalmente a preservação do poder aquisitivo e das funções clássicas da moeda (unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento), a desindexação dos contratos, o rompimento dos mecanismos inerciais de reajustes de preços, a minimização das incertezas e o resgate estrutural da previsibilidade no cálculo econômico de empresas e consumidores.

INDICADORES

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2016-2020

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2016	-3,28	13,59	3,22	6,90
2017	1,25	10,76	3,38	5,01
2018	2,39	10,09	3,52	4,62
2019	2,51	9,82	3,62	4,51
2020	2,51	9,58	3,69	4,46

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 28/10/2016

NOTA: Meta para taxa de juros SELIC e taxa de câmbio para o final do ano.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS – AGOSTO 2006-2016

AGO/ ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2006	30,06	0,37	15,25	0,90	46,59
2007	29,13	0,53	13,64	0,79	44,10
2008	28,66	-0,84	13,41	0,75	41,98
2009	28,43	-1,08	12,54	0,76	40,65
2010	27,96	-1,32	11,48	0,65	38,77
2011	26,21	-1,02	10,77	0,57	36,53
2012	22,70	-1,31	10,74	0,52	32,65
2013	20,34	-1,43	10,62	0,61	30,63
2014	22,36	-1,06	10,63	0,60	32,53
2015	22,56	-2,60	12,24	0,82	33,02
2016	32,74	-2,59	12,29	0,88	43,30

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

INDICADORES

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – SETEMBRO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	ADMISSÕES	70,95	36.593	28,26	91.873	2,07	1.253.728
DESLIGAMENTOS	DESLIGAMENTOS	71,05	35.233	27,41	91.340	1,94	1.287.681
Nº EMPREGOS FOMAS EM 01/JAN/2016	Nº EMPREGOS FOMAS EM 01/JAN/2016	70,85	1.006.653	26,88	2.653.120	1,80	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	71,80	211.733	23,28	653.176	1,85	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO ABSOLUTA	-	1.360	-	533	-	-33.953

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - SETEMBRO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	2.642	8,55	30.888	3,22	82.116	1,92	1.142.797
DESLIGAMENTOS	2.525	7,83	32.246	3,09	81.703	1,93	1.182.079
Nº EMPREGOS FOMAS EM 01/JAN/2016	87.252	8,67	1.006.653	3,29	2.653.120	1,80	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.206	6,71	211.733	2,17	653.176	1,85	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	117	-	-1.358	-	413	-	-39.282

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – SETEMBRO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.056	3,42	30.888	3,22	82.116	1,92	1.142.797
DESLIGAMENTOS	1.555	4,82	32.246	3,09	81.703	1,93	1.182.079
Nº EMPREGOS FOMAS EM 01/JAN/2016	38.214	3,80	1.006.653	3,29	2.653.120	1,80	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.767	2,72	211.733	2,17	653.176	1,85	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-499	-	-1.358	-	413	-	-39.282

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

INDICADORES

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) –OUT/2015–SET/2016

DIA	JAN/16	FEV/16	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16	OUT/15	NOV/15	DEZ/15
1		40570,03	44121,79	50561,52		49.012,65	52.233,04	56755,76	58.236,26	45.313,27		45076,45
2		38596,16	44893,48		53561,53	49.887,24		56162,38	59616,39	47.033,46		44914,06
3		39588,81	47193,39		52260,18	50619,49		57076,91			48053,66	46393,26
4	42141,03	40821,73	49084,86	48779,98	52552,79		52.568,65	57593,89			47710,09	45360,75
5	42419,32	40592,09		49053,61	51671,04		51.842,27	57661,14	59566,34	47.598,06	48046,75	
6	41773,14			48096,24	51717,82	50431,80	51.901,80		60129,43	47.735,11	46918,51	
7	40694,72		49246,10	48513,10		50487,35	52.014,65			48.914,32		45222,69
8	40612,20		49102,13	50292,92		51629,29	53.140,74	57635,42	60231,65	49.106,55		44443,25
9			48665,09		50990,06	51118,46		57689,41	57999,72	49.338,41	46194,92	46108,02
10		40376,58	49571,10		53070,90	49422,15		56919,77			46206,56	45630,70
11	39950,49	39318,30	49638,67	50165,47	52764,46		53.960,11	58299,57			47065,01	45262,72
12	39513,32	39808,04		52001,86	53241,31		54.256,40	58298,40	58586,11		46883,57	
13	38944,44			53149,84	51804,30	49660,79	54.598,28		56820,77	47.362,63	46517,03	
14	39500,10		48867,33	52411,01		48648,29	55.480,86		57059,46	46.710,43		44747,31
15	38569,12	40092,89	47130,02	53227,74		48914,74	55.578,23	59145,97	57909,48	47.161,15		44872,06
16		40947,69	47763,43		51802,92	49411,61		58855,43	57079,75	47.236,10	46846,87	45015,84
17		41630,81	50913,78		50839,44	49533,84		59323,83			47247,80	45261,47
18	37937,27	41477,63	50814,65	52894,07	50561,70		56.484,21	59166,01			47435,57	43910,59
19	38057,01	41543,40		53710,04	50132,53		56.698,06	59098,92	57350,37	47.447,31	48138,88	
20	37645,47			53630,93	49722,74	50329,36	56.578,04		57736,45	47.076,55		
21	37717,10		51171,54	52907,87		50837,80	56.641,48		58393,92	47.025,86		43199,95
22	38031,22	43234,85	51010,19			50156,30	57.022,08	57781,24	58994,16	47.772,14		43469,51
23		42520,94	49690,04		49330,42	51559,81		58020,03	58697,00	47.596,58	48150,27	44014,93
24		42084,55	49657,39		49345,18	50105,26		57717,88			48284,18	
25		41887,90		51861,71	49482,85		56.872,22	57722,13			46266,63	
26	37497,47	41593,07		53082,50			56.782,75	57716,24	58053,53	47.209,32	47145,63	
27	38376,36			54477,78	49051,49	49245,53	56.852,84		58382,48	47.042,94	45872,41	
28	38630,19		50838,22	54311,96		50006,56	56.667,11		59355,76	46.740,84		43764,33
29	40405,99	42793,86	51154,99	53910,50		51001,90	57.308,20	58610,39	58350,56	45.628,35		43653,96
30			51248,92		48964,34	51526,92		58575,42	58367,04	45.868,81	45120,36	43349,96
31			50055,27		48471,70			57901,10				
MÍNIMO	37.497,47	38596,16	44121,79	48096,24	48471,70	48648,29	51.842,27	56162,38	56820,77	45.313,27	45120,36	43199,95
MÁXIMO	42.419,32	43234,85	51248,92	54477,78	53561,53	51629,29	57.308,20	59323,83	60231,65	49.338,41	48284,18	46393,26

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reinversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

INDICADORES

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS – DEZ/2000–AGO/2016

PERÍODO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 kg)	Feijão Preto (30 kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 kg)	Milho (60 kg)
Dez/2000	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/2001	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/2002	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/2003	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/2004	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/2005	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/2006	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/2007	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/2008	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/2009	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/2010	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/2011	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/2012	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/2013	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Jan/2014	60,36	89,62	1.230,87	45,64	23,50
Fev/2014	59,91	87,40	1.202,97	46,29	24,39
Mar/2014	54,80	94,41	1.209,69	46,76	27,02
Abr/2014	62,02	95,37	1.186,52	49,57	27,27
Mai/2014	61,07	88,74	1.165,31	49,94	25,85
Jun/2014	61,67	81,73	1.170,80	48,41	23,90
Jul/2014	61,78	80,26	1.062,62	44,43	22,20
Ago/2014	61,23	79,91	1.083,22	36,71	21,44
Set/2014	58,00	80,77	1.047,49	34,56	20,90
Out/2014	58,46	78,43	1.050,81	32,19	21,07
Nov/2014	60,00	77,84	1.164,19	33,54	23,99
Dez/2014	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Jan/2015	60,07	87,87	1.132,40	34,37	24,43
Fev/2015	60,10	89,11	1.089,72	34,51	24,39
Mar/2015	60,35	84,95	1.152,64	35,94	25,01
Abr/2015	62,05	80,90	1.108,53	40,36	24,69
Mai/2015	67,60	77,91	1.046,36	41,54	23,00
Jun/2015	74,88	73,80	1.047,04	40,00	23,32
Jul/2015	74,70	74,08	1.143,47	38,97	24,54
Ago/2015	74,05	75,75	1.186,26	38,90	24,96
Set/2015	74,85	77,42	1.323,52	39,33	27,30
Out/2015	77,40	80,63	1.393,83	42,20	28,93
Nov/2015	58,98	81,41	1.370,71	43,48	28,71
Dez/2015	62,10	87,64	1.314,07	43,30	29,39
Jan/2016	66,85	106,78	1.397,50	44,10	36,59
Fev/2016	68,55	100,91	1.404,32	45,16	38,67
Mar/2016	69,97	96,83	1.140,93	45,29	41,08
Abr/2016	69,89	98,09	1.110,13	46,60	46,10
Mai/2016	71,45	107,83	1.319,96	46,19	49,96
Jun/2016	73,02	131,01	1.572,48	53,74	49,13
Jul/2016	69,81	158,53	1.489,45	53,68	41,15
Ago/2016	74,62	152,55	1.353,58	50,77	40,86
Set/2016	77,21	148,65	1.281,50	43,34	37,86

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837 ⁽¹⁾	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848 ⁽²⁾	Índice Ibovespa fechamento mensal (pontos) 7845 ⁽²⁾	Emissão Primária de Debêntures 7841 (R\$ milhões)	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 ⁽³⁾	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 ⁽⁴⁾
2005 (DEZ)	653.714	841	33.455	41.538	10.718	2.205
2006 (DEZ)	794.875	1.181	44.473	69.463	12.463	2.415
2007 (DEZ)	912.869	1.765	63.886	46.535	13.265	2.652
2008 (DEZ)	917.297	1.088	37.550	37.458	8.776	1.577
2009 (DEZ)	1.086.267	1.740	68.588	2.720	10.428	2.269
2010 (DEZ)	1.286.654	2.071	69.304	2.025	11.578	2.653
2011 (DEZ)	1.501.728	1.834	56.754	220	12.218	2.605
2012 (DEZ)	1.786.186	1.962	60.952	850	13.104	3.020
Jan/2013	1.836.788	1.983	59.761	0	13.861	3.142
Fev/2013	1.852.863	1.918	57.424	2.141	14.054	3.160
Mar/2013	1.864.287	1.932	56.352	2.160	14.579	3.268
Abr/2013	1.877.294	1.925	55.910	2.551	14.804	3.329
Mai/2013	1.895.304	1.907	53.506	0	15.116	3.456
Jun/2013	1.880.342	1.740	47.457	0	14.910	3.403
Jul/2013	1.904.243	1.779	48.234	1.465	15.500	3.626
Ago/2013	1.914.304	1.792	50.011	0	14.810	3.590
Set/2013	1.919.844	1.898	52.338	0	15.130	3.771
Out/2013	1.923.553	1.995	54.256	2.328	15.546	3.920
Nov/2013	1.921.603	1.947	52.482	0	16.086	4.060
Dez/2013	1.939.384	1.890	51.507	300	16.577	4.177
Jan/2014	1.934.332	1.803	47.638	0	15.699	4.104
Fev/2014	1.952.954	1.789	47.094	1.000	16.322	4.308
Mar/2014	1.979.747	1.901	50.514	250	16.458	4.199
Abr/2014	1.983.269	1.940	51.626	1.098	16.581	4.115
Mai/2014	2.017.747	1.902	51.239	0	16.717	4.243
Jun/2014	2.045.954	1.961	53.168	0	16.827	4.408
Jul/2014	2.067.374	2.037	55.829	481	16.563	4.370
Ago/2014	2.107.037	2.224	61.288	0	17.098	4.580
Set/2014	2.130.781	1.979	54.115	0	17.043	4.493
Out/2014	2.149.367	1.980	54.628	845	17.391	4.631
Nov/2014	2.166.487	1.992	54.724	0	17.828	4.792
Dez/2014	2.156.887	1.824	50.007	0	17.823	4.736
Jan/2015	2.192.912	1.745	46.907	10.000	17.165	4.635
Fev/2015	2.226.999	1.897	51.583	551	18.133	4.964
Mar/2015	2.260.558	1.885	51.150	321	17.776	4.901
Abr/2015	2.282.144	2.066	56.229	4.600	17.841	4.941
Mai/2015	2.235.805	1.949	52.760	0	18.011	5.070
Jun/2015	2.355.165	1.973	53.080	0	17.620	4.987
Jul/2015	2.388.160	1.903	50.864	740	17.690	5.128
Ago/2015	2.425.397	1.754	46.625	0	16.528	4.777
Set/2015	2.343.942	1.700	45.059	1.350	16.285	4.620
Out/2015	2.448.624	1.679	45.868	1.892	17.664	5.054
Nov/2015	2.465.544	1.659	45.120	0	17.720	5.109
Dez/2015	2.472.963	1.591	43.349	1.185	17.425	5.007
Jan/2016	2.522.931	1.506	40.405	0	16.466	4.614
Fev/2016	2.553.705	1.561	42.793	0	16.517	4.558
Mar/2016	2.600.246	1.795	50.055	20.000	17.685	4.870
Abr/2016	2.635.683	1.918	53.910	0	17.831	4.775
Mai/2016	2.670.626	1.740	48.471	0	17.787	4.948
Jun/2016	2.690.456	1.821	51.526	0	17.930	4.843
Jul/2016	2.738.202	2.004	57.308	0	18.432	5.162
Ago/2016	2.795.674	2.029	57.901	0	18.401	5.213
Set/2016	2.820.714	2.045	58.367	0	18.308	5.312

FONTES: (1) Banco Central do Brasil, (2) Bovespa (Índice de Fechamento do último dia útil do mês), (3) Dow Jones, (4) Nasdaq

NOTA: Para os anos de 2005 a 2008, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

INDICADORES

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M) VALOR
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
1996	4.245.905	47	2.434.733	2	1.811.172
1997	4.853.587	14	3.306.968	36	1.546.619
1998	4.227.995	(13)	4.057.589	23	170.406
1999	3.932.659	(7)	3.699.490	(9)	233.169
2000	4.394.162	12	4.686.229	27	-292.067
2001	5.320.211	21	4.928.952	5	391.259
2002	5.703.081	7	3.333.392	(32)	2.369.689
2003	7.157.853	26	3.486.051	5	3.671.802
2004	9.405.026	31	4.026.146	15	5.378.879
2005	10.033.533	7	4.527.237	12	5.506.296
2006	10.016.338	(0)	5.977.971	32	4.038.367
2007	12.352.857	23	9.017.988	51	3.334.870
2008	15.247.252	23	14.570.222	62	677.030
2009	11.222.827	(26)	9.620.837	(34)	1.601.990
2010	14.176.010	26	13.956.180	45	219.831
2011	17.394.228	22,70	18.766.895	34,46	-1.372.667
2012	17.709.585	1,81	19.387.410	3,30	-1.677.825
2013	18.239.202	2,99	19.343.839	-0,23	-1.104.637
2014	16.332.120	-10,46	17.293.735	-10,61	-961.614
2015	14.909.081	-8,71	12.448.504	-28,03	2.460.577
JAN-SET/2016	11.846.516	2,20	8.212.244	-16,68	3.634.273

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M)	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
1996	47.746.728	...	53.345.767	...	-5.599.039	...
1997	52.982.726	10,97	59.747.227	12,00	-6.764.501	20,82
1998	51.139.862	(3,48)	57.763.476	(3,32)	-6.623.614	(2,08)
1999	48.012.790	(6,11)	49.301.558	(14,65)	-1.288.768	(80,54)
2000	55.118.920	14,80	55.850.663	13,28	-731.743	(43,22)
2001	58.286.593	5,75	55.601.758	(0,45)	2.684.835	(466,91)
2002	60.438.653	3,69	47.242.654	(15,03)	13.195.999	391,50
2003	73.203.222	21,12	48.325.567	2,29	24.877.655	88,52
2004	96.677.497	32,07	62.835.616	30,03	33.841.882	36,03
2005	118.529.184	22,60	73.600.376	17,13	44.928.809	32,76
2006	137.807.470	16,26	91.350.841	24,12	46.456.629	3,40
2007	160.649.073	16,58	120.617.446	32,04	40.031.627	(13,83)
2008	197.942.443	23,21	172.984.768	43,42	24.957.675	(37,66)
2009	152.994.743	(22,71)	127.715.293	(26,17)	25.279.450	1,29
2010	201.915.285	31,98	181.722.623	42,28	20.192.662	(20,12)
2011	256.039.575	26,81	226.245.113	24,47	29.794.462	...
2012	242.579.776	-5,26	223.154.429	-1,37	19.425.346	...
2013	242.033.575	-0,22	239.631.216	7,37	2.402.358	...
2014	225.100.885	-7,00	229.060.058	-4,46	-3.959.173	...
2015	191.134.325	-15,09	171.449.050	-25,18	19.685.274	...
JAN-SET/2016	139.366.443	-3,55	103.185.541	-23,14	36.180.902	...

FONTE: MDIC/SECEX

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

INDICADORES

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS (COMPLEXO SOJA E TRIGO) - SAFRAS 2010/2017 (Mil toneladas)

CULTURA	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em Pluma	2010/11	76,0	1.959,8	144,2	2.180,0	900,0	758,3	521,7
	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	850,0	748,6	472,0
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,5	20,0	1.658,6	720,0	740,0	198,6
	2016/17	203,6	1.446,1	30,0	1.679,7	750,0	670,0	259,6
Arroz em Casca	2010/11	2.457,3	13.613,1	825,4	16.895,8	12.236,7	2.089,6	2.569,5
	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	1.000,0	14.203,7	12.000,0	1.200,0	1.003,7
	2014/15	868,3	12.448,6	550,0	13.866,9	11.900,0	1.300,0	953,0
	2015/16	962,9	10.602,9	1.300,0	12.865,8	11.450,0	1.100,0	315,8
	2016/17	315,8	11.798,3	1.100,0	13.214,1	11.500,0	1.100,0	614,1
Feijão	2010/11	366,9	3.732,8	207,1	4.306,8	3.600,0	20,4	686,4
	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.115,3	110,0	3.529,1	3.350,0	90,0	209,2
	2015/16	198,1	2.515,8	200,0	2.913,9	2.800,0	65	48,9
	2016/17	48,9	3.017,0	150,0	3.215,9	3.000,0	65	150,9
Milho	2010/11	5.589,1	57.406,9	764,4	63.760,4	48.485,5	9.311,9	5.963,0
	2011/12	5.963,0	72.979,5	774,0	79.716,5	51.888,6	22.313,7	5.514,2
	2012/13	5.514,2	81.505,7	911,4	87.931,3	53.498,3	26.174,1	8.258,9
	2013/14	8.258,9	80.052,0	800,0	89.110,9	53.905,6	20.913,8	14.291,5
	2014/15	11.835,5	84.672,4	350,0	96.857,9	55.959,5	30.877,7	10.020,7
	2015/16	10.401,2	66.979,5	1.500,0	78.880,7	53.387,8	20.000,0	5.492,9
	2016/17	5.457,5	83.078,4	500,0	89.035,8	55.500,0	24.000,0	9.535,8
Soja em Grãos	2010/11	2.607,2	75.324,3	41,0	77.972,5	41.970,0	32.986,0	3.016,5
	2011/12	3.016,5	66.383,0	266,5	69.666,0	36.754,0	31.468,0	444,0
	2012/13	444,0	81.499,4	282,8	82.226,2	38.524,0	42.791,9	740,1
	2013/14	910,3	86.120,8	630,0	87.661,1	39.935,8	45.691,0	1.414,8
	2014/15	1.414,8	96.228,0	324,1	97.966,9	42.850,0	54.324,0	792,9
	2015/16	925,7	95.934,6	700,0	97.060,3	42.500,0	54.100,0	460,3
	2016/17	460,3	102.942,8	300,0	103.703,0	45.250,0	57.000,0	1.453,0
Farelo de Soja	2010/11	1.967,9	29.298,5	24,8	31.291,2	13.758,0	14.289,0	3.177,8
	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,0	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,4	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.415,0	1,0	31.251,3	15.500,0	15.200,0	551,3
	2016/17	551,3	32.340,0	1,0	32.892,3	16.000,0	15.900,0	992,3
Óleo de Soja	2010/11	676,6	7.419,8	0,1	8.096,5	5.367,0	1.741,0	988,5
	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,2	8.327,7	6.359,2	1.669,9	298,6
	2015/16	298,6	7.702,5	50,0	8.051,1	6.380,0	1.400,0	271,1
	2016/17	271,2	8.190	40,0	8.501,2	6.600,0	1.550,0	351,2
Trigo	2010	2.879,9	5.881,6	5.922,2	14.559,9	9.842,4	2.515,9	2.201,6
	2011	2.201,6	5.788,6	5.771,9	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	6.011,8	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	7.010,2	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.339,8	5.300,0	12.449,1	10.716,2	700,0	1.032,9

FONTE: CONAB – Levantamento 1 – OUT/2016 (disponível em: www.conab.gov.br)

Nota: Estoque de passagem – Algodão, feijão e soja: 31 de dezembro – Arroz 28 de fevereiro – Milho 31 de janeiro e Trigo 31 de julho.

INDICADORES

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES - 1989-2017

(Mil toneladas e mil hectares)

ANO	BRASIL			MAIORES ESTADOS PRODUTORES									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio (kg/ha)	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
				Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740,16	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580,00	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027,00	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150,00	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179,00	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221,00	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175,00	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299,00	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384,00	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367,00	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414,00	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751,00	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577,00	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816,00	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329,00	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245,00	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419,00	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822,66	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816,00	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629,00	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927,00	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854,00	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998,00	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870,00	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	101.863	33.443	3.046,00	28.904	9.231	16.946	5.342	9.928	3.285	7.559	2.454	4.433	1.428

FONTE: CONAB

Nota: Previsão de produção e área colhida 2016/17 pelo limite inferior

INDICADORES

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2015

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	3,5	5,0	3,9	5,0	4,9	2,2	-0,4	5,0	3,7	2,9	3,0	2,6	2,76
África do Sul	3,0	4,5	5,3	5,6	5,6	3,6	-1,7	2,8	3,3	3,1	2,0	...	1,19
Alemanha	-0,7	0,7	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,6	0,2	1,58	1,45
Argentina	8,8	9,0	9,2	8,4	8,0	3,1	0,1	9,1	8,6	0,9	2,9	0,38	...
Bolívia	2,7	4,2	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,2	6,8	5,46	4,85
Brasil	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7
Canadá	1,9	3,1	3,2	2,6	2,0	1,2	-2,7	3,4	3,0	1,9	2,0	2,44	1,08
Chile	3,8	7,0	6,2	5,7	5,2	3,3	-1,0	5,8	5,8	5,4	4,1	1,89	2,07
China	10,0	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,3	9,3	7,8	3,98	1,88	2,07
Colômbia	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	3,5	1,5	4,3
Coreia do Sul	2,9	4,9	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	3,0	3,31	2,61
Equador	2,7	8,2	5,3	4,4	2,2	6,4	1,0	3,3	8,0	3,6	5,7	3,80	0,29
Estados Unidos	2,8	3,8	3,3	2,7	1,8	-0,3	-2,8	2,5	1,6	2,3	2,2	2,39	2,43
França	0,8	2,6	1,6	2,6	2,3	0,1	-2,9	1,9	2,1	0,4	0,4	0,39	1,10
Índia	8,0	7,0	9,5	9,6	9,3	6,7	8,6	9,3	6,3	4,5	6,6	7,2	...
Indonésia	4,8	5,0	5,7	5,5	6,3	6,0	4,6	6,2	6,5	6,2	5,8	5,02	4,79
Itália	0,2	1,4	1,2	2,1	1,3	-1,1	-5,5	1,7	0,7	-2,3	-1,9	-0,65	0,51
Japão	1,7	2,4	1,3	1,7	2,2	-1,1	-5,5	4,7	-0,4	1,7	1,6	-0,15	0,61
México	1,4	4,2	3,1	5,0	3,2	1,4	-4,7	5,2	3,9	4,0	1,4	2,15	2,58
Paraguai	4,3	4,1	2,1	4,8	5,4	6,4	-4,0	13,1	4,3	-1,2	14,3	4,23	...
Peru	4,0	5,6	6,3	7,5	8,5	9,1	1,0	8,5	6,5	6,0	5,8	2,34	...
Reino Unido	4,3	2,5	2,8	3,0	2,6	-0,3	-4,3	1,9	1,6	0,7	1,7	2,82	2,33
Rússia	7,4	7,2	6,4	8,2	8,5	5,3	-7,8	4,5	4,3	3,4	7,4	0,63	...
Tailândia	7,0	6,2	4,5	5,6	4,9	2,5	-2,3	7,8	0,1	6,5	2,9	0,73	2,82
Uruguai	0,8	5,0	7,5	4,1	6,5	7,2	2,4	8,4	7,3	3,7	4,4	3,24	0,98
Venezuela	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20	-1,49	4,18	5,63	1,34	-3,89	...

FONTES: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

INDICADORES

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2003-2015

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	3,91	4,86	4,90	4,37	4,83	4,73	1,47	4,69	4,97	2,87	3,65	3,22	2,77
África do Sul	5,86	1,39	3,40	4,64	7,10	11,54	7,13	4,26	5,00	5,65	5,45	6,38	4,59
Alemanha	1,44	1,05	0,60	0,31	1,62	0,81	1,70	0,96	0,97	1,78	2,56	0,91	0,23
Argentina	10,50	9,22	8,82	13,53	14,95	23,94	10,28	15,40	17,62	16,39	10,62
Bolívia	6,33	7,97	5,94	13,66	7,37	10,38	-2,42	8,78	14,57	6,91	6,01	5,78	4,06
Brasil	13,72	8,04	7,21	6,15	5,87	8,33	7,19	8,23	6,97	5,40	6,20	6,33	9,03
Canadá	3,18	2,99	2,83	2,47	4,31	3,42	-2,01	2,68	2,94	3,76	1,37	1,91	1,13
Chile	4,97	7,47	7,15	12,65	4,84	0,47	3,84	8,83	3,33	1,30	1,73	4,40	4,35
China	1,16	3,88	1,82	1,46	4,75	5,86	-0,70	3,31	5,41	2,65	2,63	1,99	1,44
Colômbia	6,47	5,13	15,86	5,78	5,04	7,56	3,41	3,86	6,73	3,17	1,52	2,88	5,01
Coreia do Sul	3,40	2,98	1,03	-0,14	2,40	2,96	3,54	3,16	1,58	1,04	0,70	1,27	0,71
Equador	10,59	4,26	7,73	8,00	6,65	13,85	-1,36	6,75	6,71	4,40	4,95	3,57	3,97
EUA	1,99	2,75	3,22	3,07	2,66	1,96	0,76	1,22	2,06	1,80	1,49	1,62	0,12
França	2,09	1,44	2,11	2,24	2,51	2,25	0,51	0,73	1,23	1,20	1,02	0,51	0,04
Índia	3,81	3,77	4,25	6,15	6,37	8,35	10,88	11,99	8,86	9,31	10,91	6,35	4,91
Indonésia	5,49	8,55	14,33	14,09	11,26	18,15	8,27	8,26	8,12	4,53	4,16	6,39	6,36
Itália	2,89	2,59	1,74	1,87	2,60	2,44	2,07	0,40	1,20	1,50	1,53	0,24	0,04
Japão	-1,71	-1,35	-1,27	-1,11	-0,91	-1,24	-0,51	-2,19	-1,89	-1,20	-0,62	2,75	0,79
México	21,14	8,36	5,21	6,34	4,97	6,06	3,40	4,46	5,37	3,23	1,63	4,02	2,72
Paraguai	12,21	8,99	10,08	6,08	9,77	9,34	2,04	6,10	9,83	5,55	-3,80	5,03	3,13
Peru	2,30	1,99	2,10	8,29	2,39	1,94	1,56	6,01	5,17	2,08	1,73	3,23	3,56
Reino Unido	2,17	2,91	2,81	2,69	2,87	2,89	1,99	3,17	2,13	1,66	1,79	1,46	0,05
Rússia	12,68	9,69	8,99	14,11	11,67	6,84	8,43	5,08	6,78	7,83	15,53
Tailândia	1,63	3,31	4,56	4,69	3,55	3,84	1,92	3,66	4,25	1,33	1,67	1,90	-0,90
Uruguai	16,54	10,10	0,68	6,53	9,42	8,02	5,58	4,66	8,98	7,37	7,62	8,88	8,67
Venezuela	34,93	33,95	29,60	17,90	15,45	30,13	7,83	45,94	28,15	14,06	40,64	62,17	121,74

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

Panorama Econômico – Outubro/2016

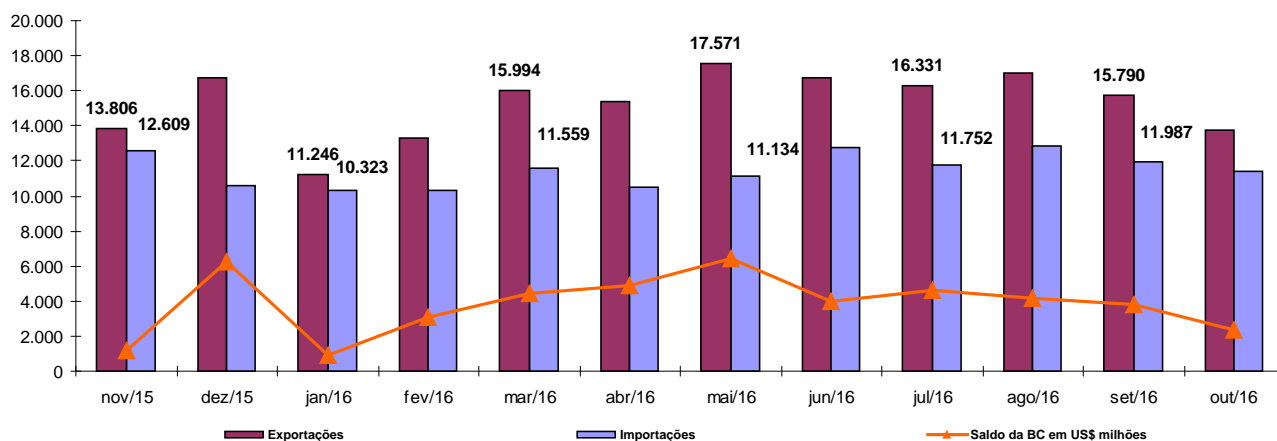
Carlos Ilton Cleto

Comércio Internacional.

Balança Comercial Mensal (Outubro/2016) – MDIC

Fato

Em outubro, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 2,35 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 13,72 bilhões e *importações* de US\$ 11,38 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 25,10 bilhões. No ano, as *exportações* acumulam US\$ 153,09 bilhões, as *importações* US\$ 114,56 bilhões, resultando em *superávit comercial* de US\$ 38,53 BILHÕES E *CORRENTE DO COMÉRCIO* DE US\$ 267,65 BILHÕES.



FONTE: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, na comparação com setembro, houve queda de 8,8% nas *exportações* e de 0,4% nas *importações*. A *corrente do comércio* registrou recuo de 5,2%. Frente a outubro de 2015, as *exportações* tiveram decréscimo 10,2%, as *importações* 15,0%. A *corrente do comércio* apresentou recuo de 12,5%. No acumulado no ano tanto as *exportações* como as *importações* caíram, 5,1% e 23,1%, respectivamente.

Em outubro, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* caíram 18,6%, a de *manufaturados*, 4,0% e a de *semimanufaturados*, 0,4%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Alemanha. Pelo mesmo critério de comparação, houve retração de 52,8% nas *importações* de *combustíveis e lubrificantes*, 19,9% em *bens de capital*, 13,3% em *bens de consumo* e 4,1% em *bens intermediários*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina e Japão.

No acumulado do ano, na comparação com igual período do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* caíram 10,0% e a de *manufaturados* 1,6%. Por outro lado a de *semimanufaturados* cresceu 3,5%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Alemanha. Pelo mesmo critério de comparação, houve queda de 44,7% nas *importações* de *combustíveis e lubrificantes*, 23,5% nos *bens de consumo*, 21,9% nos *bens de capital* e 18,7% nos *bens intermediários*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: Estados Unidos, China, Alemanha, Argentina e Coreia do Sul.

Consequências

Principalmente em decorrência da elevação da *taxa de câmbio*, o resultado do *comércio exterior brasileiro* segue apresentando resultados positivos, motivado pela queda das *importações* acima das *exportações*.

Atividade

Produção Industrial Mensal (Agosto/2016) – IBGE

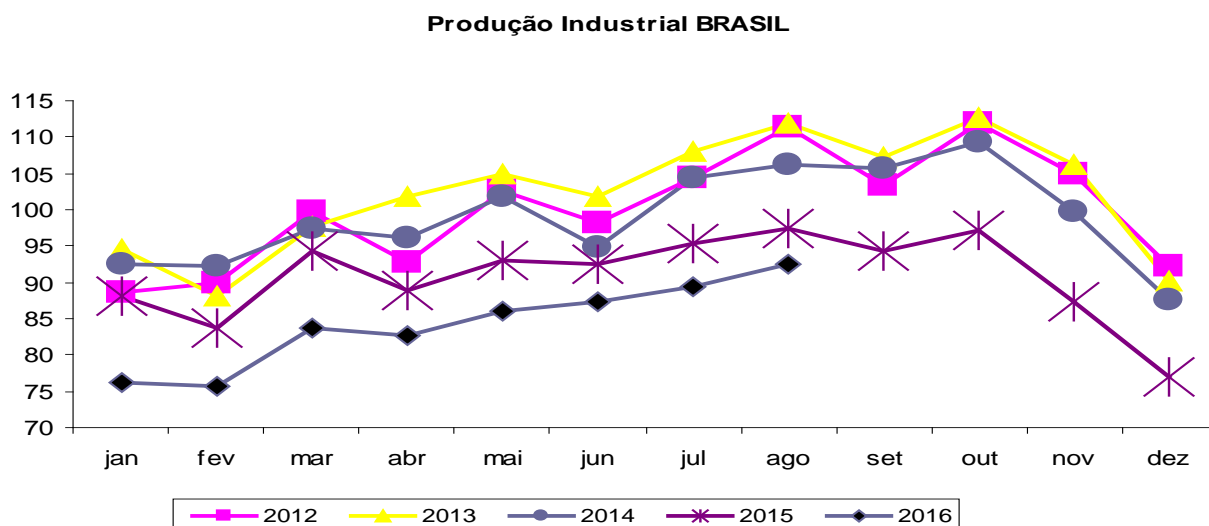
Fato

Em agosto, a *produção industrial* caiu 3,8% com relação ao mês anterior. Frente a agosto de 2015, houve queda de 5,2%, trigésima taxa negativa neste tipo de comparação. No acumulado do ano, frente à igual período de 2015, ocorreu retração de 8,2% e no acumulado em doze meses, 9,3%.

Causa

Na comparação com o mês anterior, os *bens de consumo duráveis* foi a categoria que apontou o maior recuo de 9,3%, seguido de *bens intermediários*, 4,3%. O setor de *bens de consumo semi e não-duráveis* também apresentou queda, 0,9%. O segmento de *bens capital* foi o único que registrou crescimento, 0,4%.

Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, os *bens de consumo duráveis* e os *bens de intermediários*, assinalaram, por ordem, as quedas mais acentuadas, 12,4% e 6,9%. O setor de *bens de consumo semi e não-duráveis* recuou 1,9%. A única categoria que registrou crescimento foi a de *bens de capital*, 5,0%.



FONTE: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

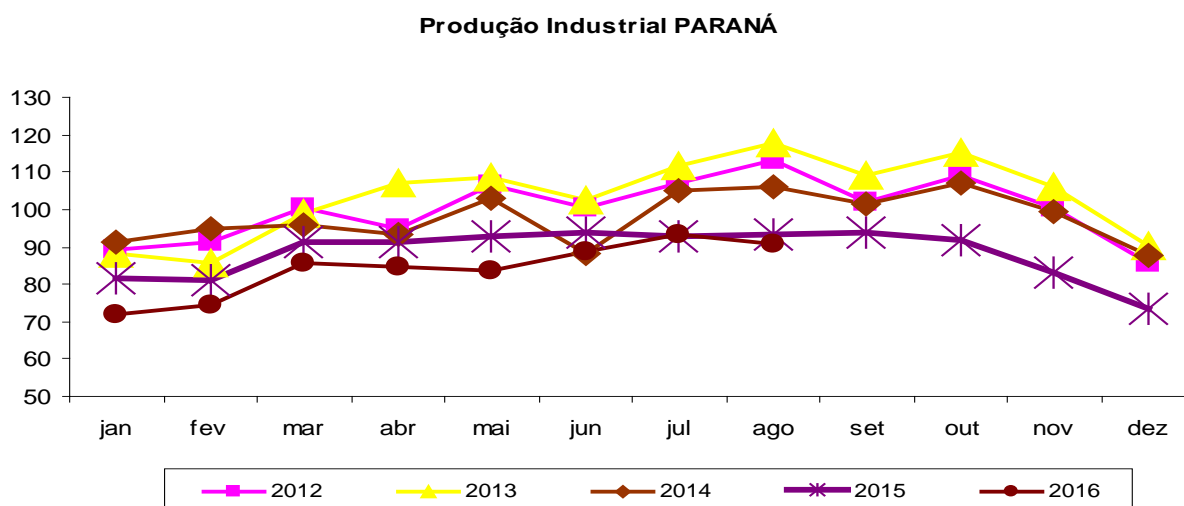
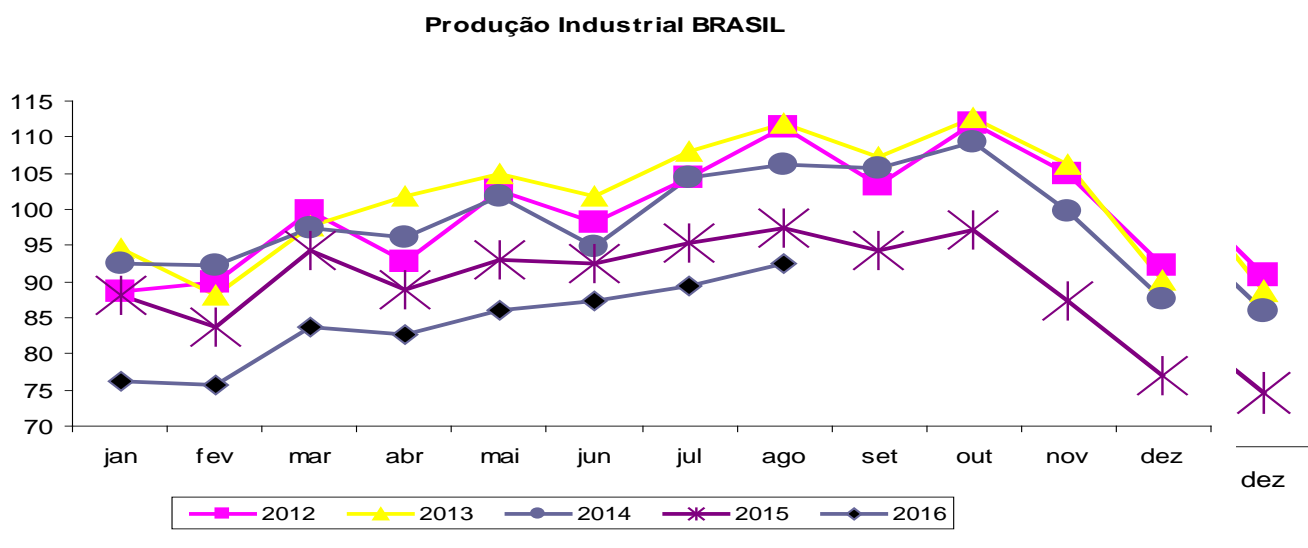
Consequência

Apesar de alguma recuperação nos meses anteriores, a *atividade industrial* segue apresentando retração histórica. A queda registrada no mês aponta o lento compasso de recuperação que a economia deve apresentar para o futuro.

Pesquisa Industrial - Regional – (Agosto/2016) - IBGE

Fato

Entre julho e agosto, a *produção industrial* caiu em onze das quatorze regiões pesquisadas e na comparação com agosto de 2014, treze dos quinze locais registraram variação negativa. No **Paraná** a *produção industrial* recuou 8,0% frente ao mês anterior, na comparação com o mesmo mês do ano anterior houve queda de 3,5%, o acumulado nos oito primeiros meses registrou variação negativa de 6,6% e no acumulado nos últimos doze meses houve retração de 8,5%.



FONTE: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram maior retrocesso foram: Paraná, Espírito Santo, Amazonas e São Paulo. Os locais que apresentaram crescimento foram: Bahia, Pará e Região Nordeste. Na comparação com agosto de 2015, as quedas mais intensas foram no Espírito Santo, Bahia, Goiás, Amazonas, Mato Grosso e Minas Gerais. Por outro lado, Pará e Santa Catarina registraram avanço na produção

No **Estado do Paraná**, em relação a agosto de 2015, foi registrada queda em sete das treze atividades pesquisada. Os maiores impactos negativos vieram de *coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis*, 25,4%, influenciado,

pela menor produção de *óleo diesel, óleos combustíveis, álcool etílico e querosene de aviação* Vale citar também os recuos vindos dos ramos de *produtos alimentícios, produtos de minerais não metálicos, celulose, papel e produtos de papel e de produtos de metal*. Por outro lado registraram crescimento: *máquinas e equipamentos, veículos automotores, reboques e carrocerias, bebidas e máquinas, aparelhos e materiais elétricos*.

Consequência

A indústria paranaense segue apontando a mesma tendência de queda da indústria nacional, para os próximos meses a expectativa é que também em âmbito estadual a indústria registre algum crescimento.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre --jul-ago-set de 2016) – IBGE

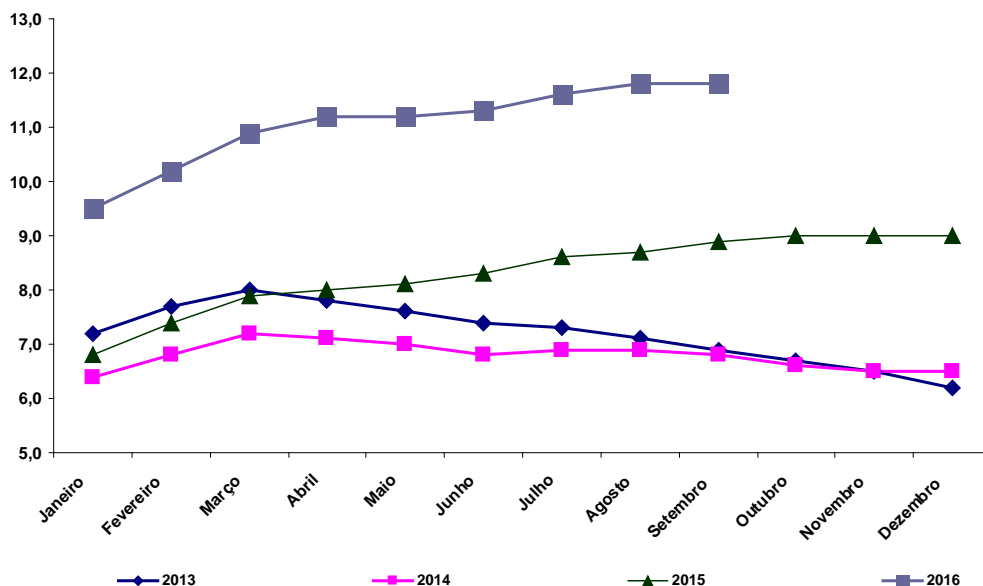
Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre móvel, encerrado em setembro de 2016, taxa de desocupação de 11,8%, com crescimento de 2,9 p.p. frente ao mesmo trimestre do ano anterior e expansão de 0,5 p.p. na comparação com o trimestre encerrado em junho.

O rendimento médio real habitualmente recebido foi de R\$ 2.015,00 com expansão de 0,9% frente ao trimestre encerrado em junho e recuo de 2,1% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Causa

No trimestre havia 12,0 milhões de pessoas desocupadas, crescendo 3,8% frente ao trimestre imediatamente anterior e aumentou 33,9% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, representando um aumento de 3,0 milhões de *pessoas desocupadas na força de trabalho*. O número de *pessoas ocupadas* foi estimado em 89,8 milhões, com queda de 1,1% frente ao trimestre encerrado em junho e retração de 2,4% na comparação com o trimestre encerrado em setembro de 2015. No trimestre, para os empregados com *carteira de trabalho assinada*, houve redução de 0,9%, frente ao trimestre encerrado em junho e de 2,1% na comparação com o trimestre do ano anterior. A massa de rendimento habitualmente recebida, R\$ 176,8 bilhões, não apresentou variação frente ao trimestre anterior e caiu 3,8% frente ao trimestre encerrado em setembro de 2015.



Consequência

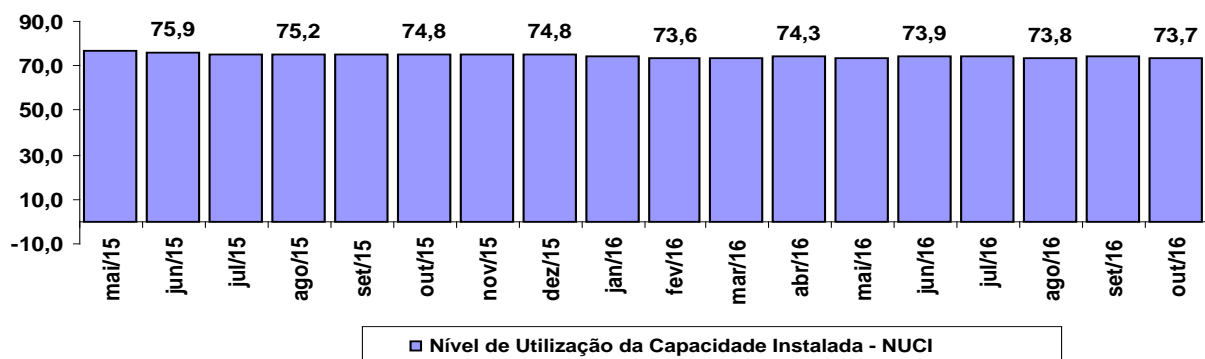
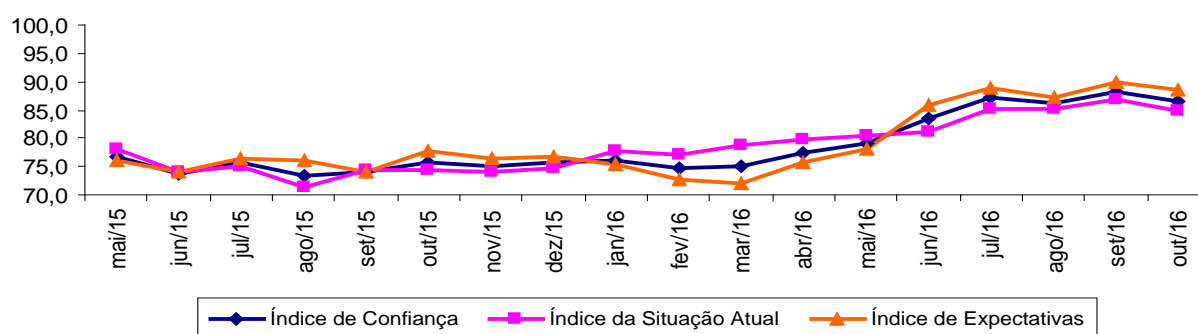
O desemprego segue em alta, reflexo do desaquecimento da atividade econômica. A expectativa para os próximos meses é de continuidade no crescimento desta taxa.

Atividade

Sondagem da Indústria (Outubro/2016) – FGV

Fato

Na passagem de outubro para novembro, o *Índice de Confiança da Indústria*, recuou 1,6 pontos atingindo 86,6 pontos. Com relação ao mês anterior o *Índice da Situação Atual*, teve queda de 86,7 para 84,9 pontos, caindo, portanto, 1,8 pontos. O *Índice de Expectativas* recuou 1,4 pontos chegando a 88,4 pontos. A *utilização da capacidade instalada* diminuiu 1,0 p.p. chegando a 73,7%.



FONTE: FGV

Causa

No índice pertinente a *situação atual* – ISA, o percentual de empresas avaliando o *nível atual dos estoques* como *excessivos* manteve-se estável em 12,7%, ao mesmo tempo, a parcela de empresas que consideram os estoques como *insuficientes* caiu de 7,1% para 4,8%.

No que tange ao *Índice das Expectativas* - IE, a *evolução do pessoal ocupado nos três meses seguintes* exerceu a maior contribuição para a piora, com queda de 3,8 pontos, para 84,9 pontos, a terceira queda consecutiva. O percentual de empresas que prevêem *ampliação no total de pessoal ocupado nos três meses seguintes* diminuiu 1,6 p.p., atingindo 10,9%, e a das que pretendem *diminuí-lo* aumentou 1,1 p.p., alcançando 23,2%.

Consequências

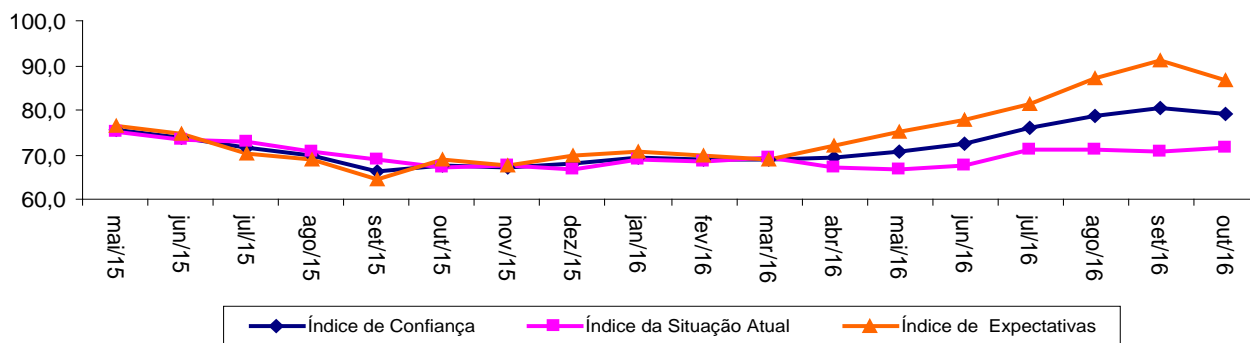
A piora no ICI e o NUCI confirmam acomodação no indicador, mostrando que o ritmo de recuperação do segmento industrial será bastante lento.

Atividade

Sondagem de Serviços (Outubro/2016) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança de Serviços – ICS* recuou 1,7 pontos em outubro, passando de 80,6 para 78,9 pontos. O *Índice da Situação Atual – ISA* cresceu 0,7 pontos, chegando a 71,5 pontos. O *Índice de Expectativas – IE* recuou 4,3 pontos atingindo 86,7 pontos.



FONTE: FGV

Causa

No *ISA*, o indicador que avalia a *situação atual dos negócios* foi a que mais contribuiu para a melhora, com crescimento de 2,0 pontos, chegando a 72,8 pontos. Nas *expectativas*, houve diminuição de 6,1 pontos no indicador que mede a *demanda prevista*, atingindo o nível de 86,3 pontos.

Consequência

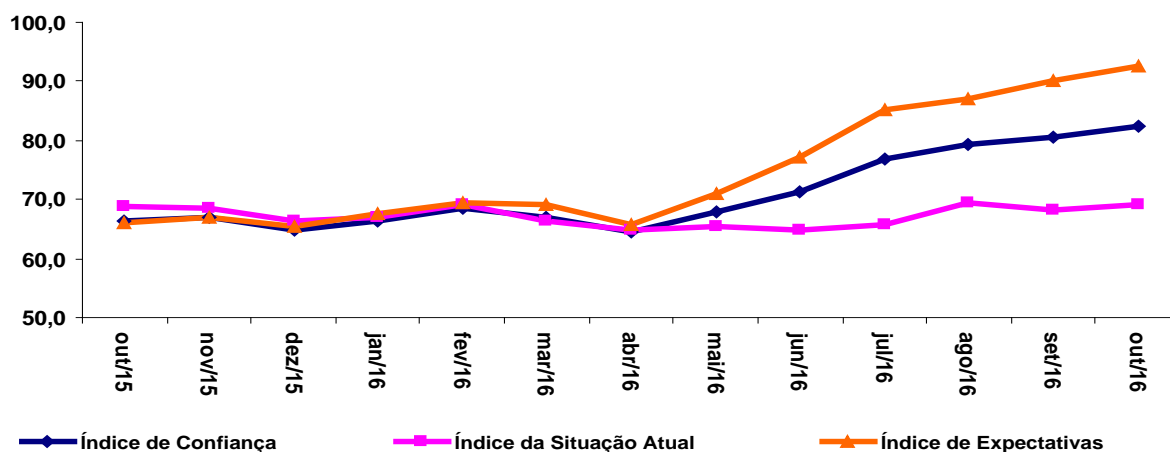
O resultado aponta desconfiança *do setor* ante o lento ritmo de recuperação da *atividade econômica*, não existindo expectativas de que a recuperação venha a ser mais intensa.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Outubro/2016) – FGV

Fato

Entre os meses de setembro e outubro, o ICC avançou 1,8 pontos, passando de 80,6 pontos para 82,4 pontos, maior nível desde dezembro de 2014. O índice da *Situação Atual* cresceu 0,8 pontos, passando de 68,2 pontos para 69,0 pontos e o *Índice das Expectativas* subiu 2,5 pontos, atingindo 92,6 pontos.



FONTE: FGV

Causa

Com referência a *situação presente*, a *situação financeira das famílias* subiu 1,4 pontos atingindo 63,6 pontos, embora ainda continue extremamente baixo em termos históricos, registra o maior nível desde fevereiro passado. No que tange ao *futuro*, houve crescimento de 5,6 pontos no *ímpeto de compras de duráveis nos seis meses seguintes*, atingindo o maior nível desde março de 2015.

Consequência

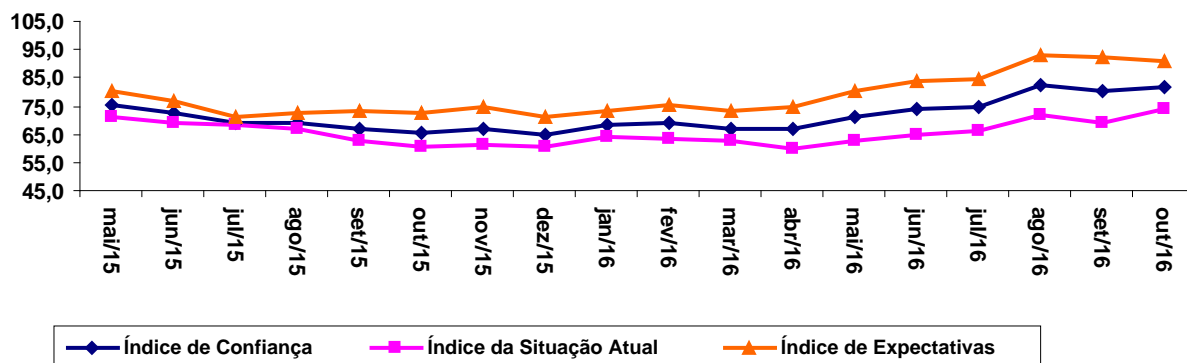
O índice segue em trajetória de expansão condicionado principalmente pelas *expectativas*, decorrente de perspectivas de *desaceleração inflacionária e queda na taxa de juros*.

Atividade

Sondagem do Comércio (Outubro/2016) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* cresceu 1,5 pontos entre setembro e outubro, passando de 80,4 para 81,9 pontos. O *Índice da Situação Atual - ISA* avançou 5,1 pontos chegando a 74,1 pontos, e o *Índice de Expectativas - IE* reduziu-se 2,0 pontos, atingindo 90,6 pontos.



FONTE: FGV

Causa

No *ISA*, o resultado foi condicionado principalmente pelo quesito que mede o *Volume da Demanda Atual*, que subiu 7,3 pontos em relação ao mês anterior, chegando a 73,3 pontos. Nas *expectativas*, destaca-se a queda do indicador de otimismo com as *Vendas nos Três Meses Seguintes*, de 4,4 pontos, atingindo 87,7 pontos.

Consequência

O índice demonstrou acomodação nos últimos dois meses, uma vez que caiu 1,7 pontos em setembro, retratando o baixo desempenho das *vendas do comércio*.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Setembro/2016) – IBGE

Previsão da Safra de Grãos

Fato

Em setembro, segundo o *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA*, a *safra* de 2016, foi estimada em 183,9 milhões de toneladas, 12,3% inferior à *safra* obtida em 2015, e 1,2% menor do que a estimativa do mês anterior. A *área cultivada* deve apresentar decréscimo de 0,7% em comparação ao ano anterior, chegando a 57,1 milhões de hectares. O Estado do Mato Grosso detém a posição de maior produtor nacional de grãos, com 24,1% do total nacional, seguido pelo **Paraná**, com 19,2%.

Causa

As três principais culturas de grãos, *soja*, *milho* e *arroz*, que respondem por 87,9% da área a ser colhida e 92,6% do *volume de produção*, apresentaram expansão na área plantada de 2,8% para a *soja* e reduções de 1,3% para o milho e 9,7% para o *arroz*. No que tange a produção, os recuos são: *arroz*, 14,9%, *soja* 1,4% e *milho*, 25,2%.

Na comparação entre a estimativa de setembro em relação à produção de 2015, sete entre vinte e seis produtos devem registrar crescimento, *aveia em grão*, *café em grão - arábica*, *cebola*, *cevada em grão*, *mandioca*, *trigo em grão* e *triticale em grão*. Por outro lado, verificou-se diminuição no *algodão herbáceo em caroço*, *amendoim em casca 1ª e 2ª safras*, *arroz em casca*, *batata-inglesa 1ª, 2ª e 3ª safras*, *cacau em amêndoa*, *café em grão - canephora*, *cana-de-açúcar*, *feijão em grão 1ª, 2ª e 3ª safras*, *laranja*, *mamona em baga*, *milho em grão 1ª e 2ª safras*, *soja em grão* e *sorgo em grão*.

Regionalmente, a produção de *cereais, leguminosas e oleaginosas*, deverá ficar distribuída da seguinte forma: Centro Oeste, 75,3 milhões de toneladas, Sudeste, 19,6 milhões de toneladas, Nordeste, 9,8 milhões de toneladas, Norte, 6,5 milhões de toneladas, e **Sul**, 72,7 milhões de toneladas.

Consequência

O *prognóstico da produção agrícola* vem apresentando variações negativas, e a *safr*a de 2016 deverá ser bem inferior ao resultado de 2015.

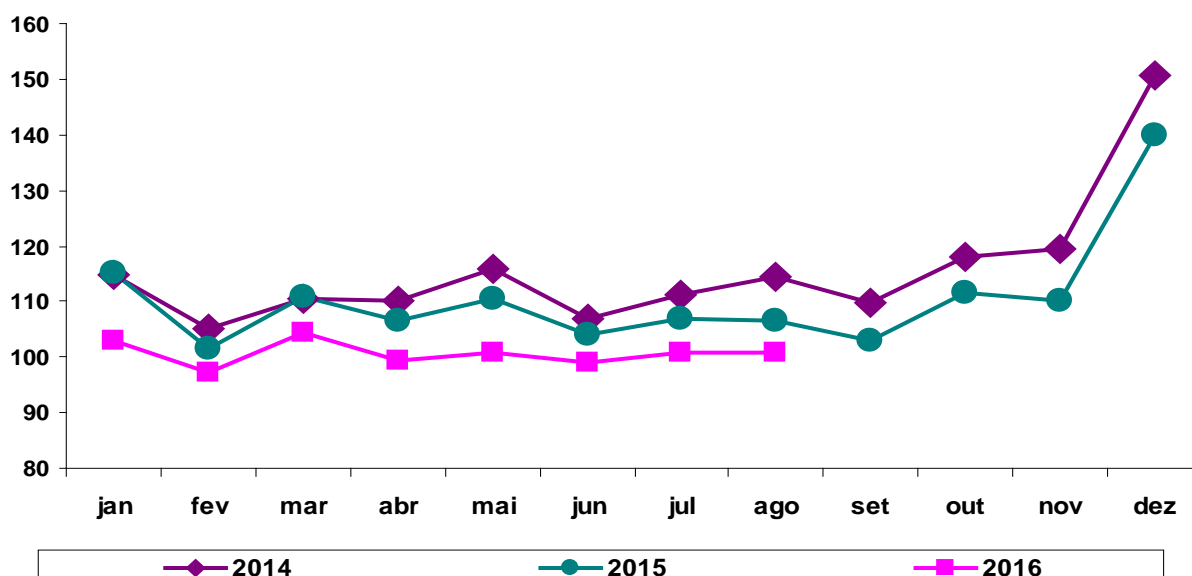
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Agosto/2016) – IBGE

Fato

No mês de agosto, o *volume de vendas do comércio varejista*, com ajuste sazonal, frente ao mês anterior, caiu 0,6%, e a *receita nominal* cresceu 0,5%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de negativos 5,5% sobre agosto de 2015 e negativos 6,7% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas positivas 6,6% com relação à igual mês de 2015 e de 4,1% no acumulado em doze meses. No acumulado no ano *volume de vendas*, atingiu variação negativa de 6,6%, e a *receita nominal* positiva de 5,1%.

No comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de *Veículos, motos, partes e peças* e de *Material de Construção*, as variações para o *volume de vendas* foram: negativos 2,0% em relação ao mês anterior, negativos 7,7%, frente a agosto de 2015, negativos 9,3% no acumulado no ano e negativos 10,2% nos últimos doze meses. Para a *receita nominal* as variações foram: negativos 1,2% frente ao mês anterior, positivos 1,2%, comparativamente a agosto de 2015, negativos 0,6%, no acumulado no ano e negativos 1,9% no acumulado em doze meses.



FONTE: IBGE - Índices de volume de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

Na série ajustada do *comércio varejista*, calculada com relação ao mês anterior, seis das oito atividades pesquisadas tiveram variação negativa no *volume de vendas*: *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 5,0%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 2,8%, *Móveis e eletrodomésticos*, 2,1%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 2,1%, *Combustíveis e lubrificantes*, 2,0% e *outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 1,2%. A única atividade que apresentou variação positiva foi *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 0,8% e *Tecidos, vestuário e calçados*, não apresentou variação frente ao mês anterior.

No comércio varejista ampliado, Veículos, motos, partes e peças, registrou recuo de 4,8%, por outro lado, Material de construção apresentou crescimento de 1,8%.

Comparativamente a agosto de 2015, todas as atividades do varejo registraram queda. As principais influências no resultado global foram: Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 2,2%, Combustíveis e lubrificantes, 10,0% e outros artigos de uso pessoal e doméstico, 10,8%. Nos segmentos do comércio varejista ampliado, Veículos e motos, partes e peças teve queda de 13,1% e Material de construção, 7,0%.

Consequência

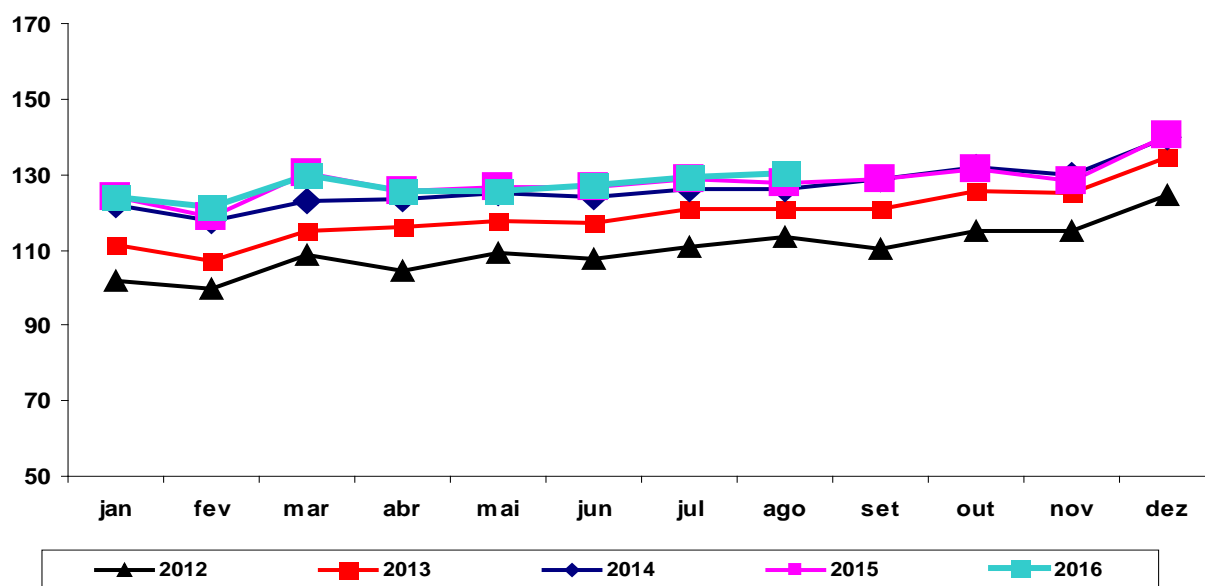
O desempenho do Comércio Varejista segue negativo, decorrente principalmente da queda na massa salarial. Para os próximos meses não existem expectativas mais fortes de recuperação.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Agosto/2016) – IBGE

Fato

No mês de agosto frente à igual mês do ano anterior, o volume de serviços registrou queda de 1,6% e a receita nominal dos serviços diminuiu 0,4%. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior o volume caiu 3,9% e a receita cresceu 2,2%, no acumulado do ano o volume de serviços, caiu 4,7% e a receita nominal aumentou 0,5%. Em doze meses, as variações foram negativas 5,0% para o volume de serviços e positivos 0,2% para a receita nominal.



FONTE: IBGE – Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

Frente ao mês imediatamente anterior as variações em volume foram positivas nos Serviços de Informação e Comunicação, 0,3% e Transportes, Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio, 0,1%, por outro lado apresentaram variações negativas: Serviços Prestados às Famílias, 1,6%, Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares, 0,3% e Outros Serviços, 1,2%. O agregado especial das Atividades Turísticas apresentou recuo de 0,8% nesta comparação.

No confronto com agosto de 2015, por segmento, as quedas para o volume de serviços foram: Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio, 9,0% Serviços Prestados às Famílias, 4,1%, Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares, 3,7%, Outros Serviços, 0,3% e Serviços de Informação e Comunicação, 0,2%. As Atividades Turísticas tiveram queda de 7,9%.

Consequência

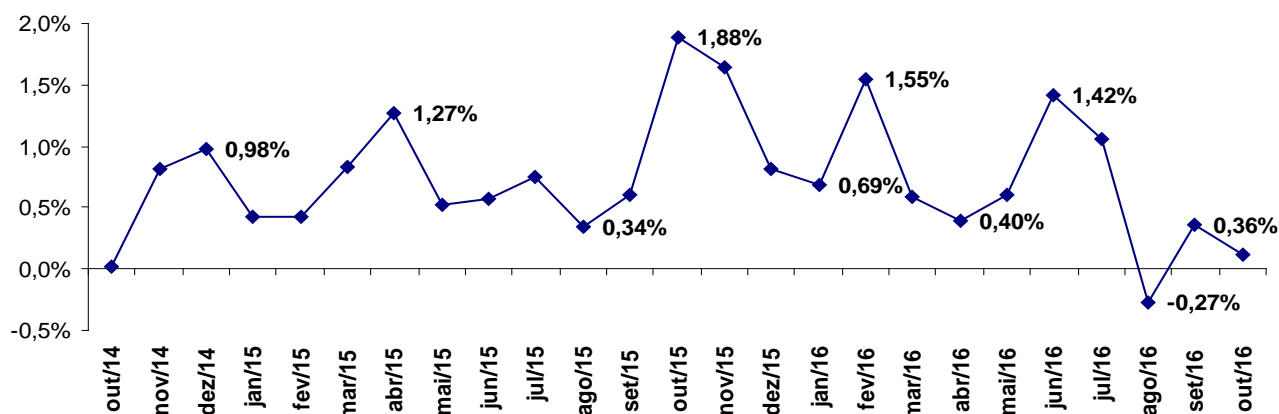
O baixo desempenho da *receita dos serviços* tem sido condicionado principalmente pela queda da *massa salarial*. Para os próximos meses inexistente expectativa de melhora, ficando o setor a mercê da recuperação do *emprego e renda*.

Inflação

IGP-10 (Outubro/2016) – FGV

Fato

O **IGP-10** registrou variação de 0,12% em outubro, diminuindo 0,24 p.p. com relação a setembro. No acumulado em doze meses à variação foi de 9,30% e no ano o índice ficou em 6,68%.



FONTE: FGV

Causa

No mês de outubro, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA**, recuou 0,27 p.p., apresentando variação de 0,12%. Neste, a maior queda na variação foi proveniente das *Matérias-Primas Brutas*, com variação de 0,36%, 1,29 p.p. menor do que a variação de setembro, com destaque para *leite in natura*, *minério de ferro* e *aves*. Os *Bens Intermediários* avançaram 0,29 p.p., com variação negativa de 0,02% e maior aceleração proveniente do grupo *materiais e componentes para a manufatura*. Os *Bens Finais* tiveram avanço de 0,05 p.p., com variação de 0,04%, decorrente da aceleração em *alimentos processados*. O **IPC** teve desaceleração de 0,19 p.p., com o grupo *Alimentação* sendo o principal responsável pelo recuo no índice, neste grupo sobressaiu-se o item *frutas*. Os grupos *Educação*, *Leitura e Recreação*, *Despesas Diversas* e *Saúde e Cuidados Pessoais* também registraram menores variações nos preços. O **INCC** teve desaceleração de 0,12 p.p., com menor variação em seus dois componentes.

Consequência

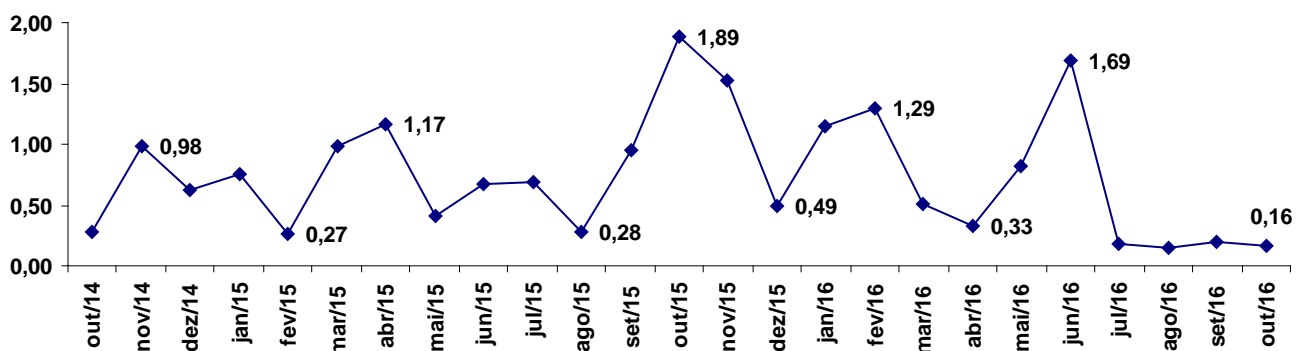
O índice apresentou desaceleração no mês, tendência que deve se manter nos próximos períodos, sem grandes sobressaltos.

Inflação

IGP-M (Outubro/2016) – FGV

Fato

Em outubro, o IGP-M registrou variação de 0,16%, 0,04 p.p. inferior à variação do mês anterior, no ano o acumulado é de 6,63% e em doze meses 8,78%.



FONTE: FGV

Causa

Na passagem de setembro para outubro, o **IPA** registrou variação de 0,15%, recuando 0,03 p.p. frente ao mês anterior. O principal responsável por esta desaceleração foi o índice de *Matérias-Primas Brutas*, com decréscimo de 0,91 p.p. na taxa de variação, com as principais desacelerações em *minério de ferro*, *leite in natura* e *soja*. O índice dos *Bens Finais* cresceu 0,32 p.p., com destaque para *alimentos processados*. Os *Bens Intermediários* avançaram 0,37 p.p., sendo o principal responsável pela aceleração, *materiais e componentes para a manufatura*.

O IPC, com variação de 0,17% em outubro, acelerou-se 0,01 p.p., com o principal acréscimo em *Transportes*, dado a maior taxa de variação do item *gasolina*. As outras classes de despesa que apresentaram acréscimo foram *Habituação*, *Comunicação*, *Despesas Diversas* e *Vestuário*. No **INCC**, houve recuo de 0,20 p.p. chegando a 0,17%, com menor variação em *Materiais*, *Equipamentos e Serviços* e em *Mão de Obra*.

Consequência

O IGP-M voltou a apresentar desaceleração, devendo a trajetória descendente permanecer, apesar dos valores acumulados ainda permanecerem em patamar elevado.

Inflação

IGP-DI (Setembro/2016) – FGV

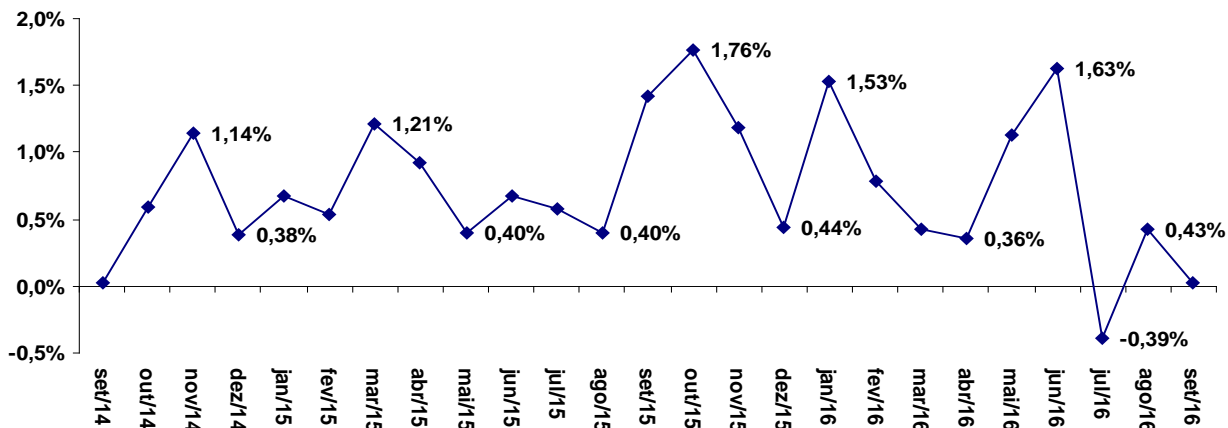
Fato

O *Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna* - **IGP-DI** registrou variação de 0,03% em setembro, diminuindo em 0,40 p.p. frente variação do mês anterior. Nos últimos doze meses, o índice acumula alta de 9,74%, e no ano 6,10%.

Causa

Na composição do **IGP-DI**, o **IPA** recuou 0,53 p.p., atingindo negativos 0,03%, devendo-se esta queda as *Matérias-Primas Brutas* com variação 1,02 p.p. menor do que a do mês anterior, puxados por *milho*, *leite in natura* e *aves*. Os *Bens Finais* diminuíram a variação em 0,88 p.p., com destaque para o subgrupo *alimentos in natura*. Por outro lado, os *Bens Intermediários* aumentaram a taxa de variação em 0,31 p.p. com aceleração do subgrupo *materiais e componentes para a manufatura*.

No IPC houve queda de 0,25 p.p. na taxa de variação, decorrente da desaceleração nos preços do grupo *Alimentos*, com queda mais expressiva no item *laticínios*. Também tiveram recuo, *Transportes*, *Educação*, *Leitura e Recreação*, *Saúde e Cuidados Pessoais*, *Comunicação e Despesas Diversas*. O **INCC** teve aceleração de 0,04 p.p., com recuo de 0,14 p.p. em *Materiais, Equipamentos e Serviços*. O custo da *Mão de Obra* teve aceleração de 0,18 p.p.



FONTE: FGV

Consequência

O índice voltou a apresentar forte desaceleração, o que pode influenciar as variações de índice que captam mais os preços do varejo. Para os próximos meses a expectativa é que o IGP-DI siga em patamares moderados.

Inflação

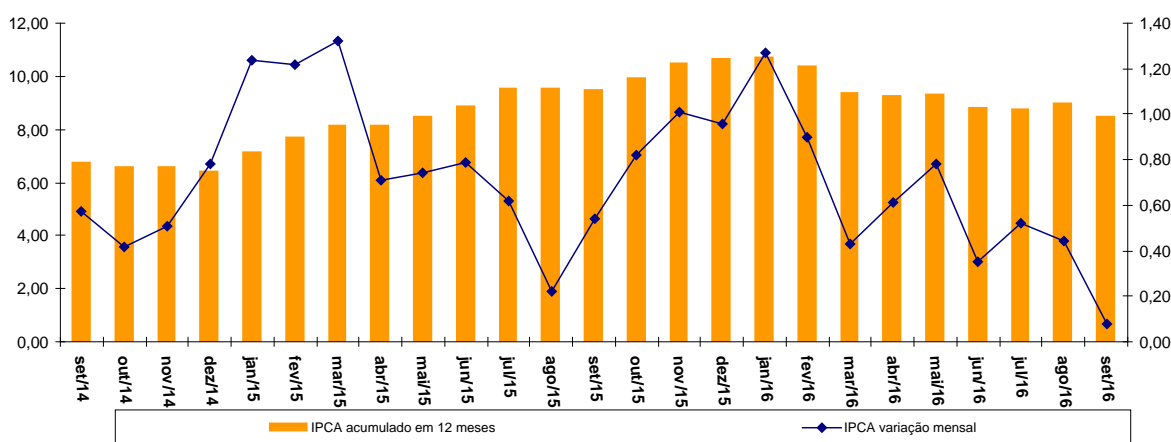
IPCA (Setembro/2016) – IBGE

Fato

O *IPCA* variou 0,08% em setembro, 0,36 p.p. abaixo da variação de agosto. O índice acumulado em doze meses é de 8,48%, abaixo do registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 8,97%. No ano, o acumulado ficou em 5,51%, bem abaixo do acumulado no mesmo período do ano passado, 7,64%. Em **Curitiba** o índice diminuiu 0,10 p.p., registrando variação de 0,14% em setembro, 4,15% no ano e 7,16% em doze meses.

Causa

No mês os grupos *Habitação*, *Vestuário* e *Comunicação* apresentaram ou variação maior do que no mês anterior, 0,33 p.p., 0,28 p.p., e 0,20 p.p. respectivamente. O grupo dos alimentos, que acumulou alta de 9,11% de janeiro a agosto, apresentou a maior queda em setembro, 0,29%. Os preços do *leite* caíram 7,89%, gerando impacto de 0,10 p.p., o maior impacto para a queda. Também registraram variação negativa no mês, *Artigos de Residência* e *Transportes*.



FONTE: IBGE

Consequência

O *IPCA* segue em trajetória de desaceleração, devendo para os próximos meses seguir o comportamento de acomodação.

Inflação

IPCA - 15 (Outubro/2016) – IBGE

Fato

O *IPCA - 15* variou 0,19% em outubro, desacelerando 0,04 p.p. com relação a setembro. Nos últimos doze meses o acumulado é de 8,27%, e no ano 6,11%. Em **Curitiba**, o índice foi de negativos 0,26%, 0,76 p.p. abaixo do registrado em setembro e acumulando variação de 4,44% no ano e 6,81% em doze meses.

Causa

O grupo *Alimentação e Bebidas* exerceu a mais intensa contribuição negativa para o índice, 0,06 p.p., este grupo teve variação negativa de 0,25%, 0,24 p.p. abaixo da variação de setembro sendo que o *leite longa vida* foi a principal contribuição para a queda, seguido de *batata-inglesa*, *hortaliças* e *feijão-carioca*.

Por outro lado, os grupos *Transportes* e *Habitação* foram os que exerceram as principais pressões de alta no índice, com destaque no primeiro para *passagens aéreas* e *gasolina* e no segundo *botijão de gás*.

Consequência

Da mesma maneira que outros índices de *inflação* o IPCA-15 demonstrou desaquecimento em outubro. Embora o percentual acumulado em doze meses ainda esteja muito acima do teto da meta estipulada para o ano de 6,5%.

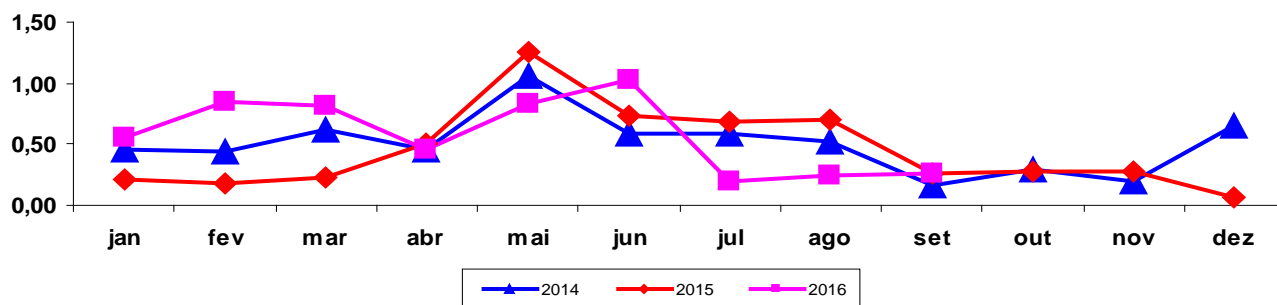
Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Setembro/2016) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,26% em setembro, 0,02 p.p. acima da variação de agosto. Em doze meses, o acumulado é de 5,98% e no ano 5,34%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.012,16 em agosto, para R\$ 1.014,80 em setembro sendo R\$ 530,97 relativos aos *materiais* e R\$ 483,83 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de 0,20% no mês, 1,75% no ano e 2,28% em doze meses. O *custo médio* atingiu R\$ 1.013,73.



FONTES: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,59%, 0,62 p.p. acima do índice de agosto, e a componente *mão-de-obra*, recuou 0,63 p.p., passando de 0,53% em agosto para negativos 0,10% em setembro. Nos últimos doze meses, os acumulados foram: 3,59% para *materiais* e 8,69% para *mão-de-obra* e no ano: 2,87% e 8,14%, para *materiais* e *mão-de-obra*, respectivamente. No mês as variações regionais foram 0,33% na Região Norte, negativos 0,07% na Região Nordeste, 0,46% no Sudeste, 0,48% no Centro-Oeste, e 0,18% no Sul. Ainda na verificação regional, os custos foram os seguintes: Sudeste, R\$ 1.064,76, Sul, R\$ 1.036,62, Norte, R\$ 1.021,41, Centro-Oeste, R\$ 1.064,76 e Nordeste R\$ 939,23.

Consequência

Os índices da *construção civil* seguem apontando acomodação, não devendo ocorrer nos próximos meses elevação mais intensa.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Setembro/2016) – IBGE

Fato

O IPP apresentou variação de 0,47% em setembro, ficando, portanto 0,52 p.p. superior à variação do mês anterior e 2,52 p.p. menor do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado em doze meses a variação foi de 0,52%, e no ano negativos 0,46%.

Causa

No mês, quatorze das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas, as maiores variações foram em *indústrias extrativas, metalurgia, farmacêutica e alimentos*, e as maiores influências vieram de *indústrias extrativas, alimentos, metalurgia e outros produtos químicos*.

No acumulado no ano, as maiores variações ocorreram em *outros produtos químicos, indústrias extrativas, outros equipamentos de transporte e fumo*. As maiores influências vieram de *alimentos, outros produtos químicos, refino de petróleo e produção de álcool, e indústrias extrativas*.

Em doze meses, as quatro maiores variações foram em *impressão, outros produtos químicos, perfumaria, sabões e produtos de limpeza e alimentos*. As principais influências se originaram *alimentos, outros produtos químicos, papel e celulose e veículos automotores*.

Consequência

Apesar da aceleração no mês, o *índice de preços ao produtor* segue em patamar comportado, o que deve influenciar o comportamento futuro dos *preços no varejo*.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Setembro/2016) - BACEN

Fato

O total das *operações de crédito* do sistema financeiro atingiu R\$ 3.110 bilhões em setembro. Com relação com o PIB, atingiu 50,8%, diminuindo 3,2 p.p. com relação a setembro de 2015. A *taxa média de juros das operações de crédito referencial* atingiu 33% a.a., apresentando aumento de 0,1 p.p. no mês e de 3,7 p.p. em doze meses, e a *taxa de inadimplência da carteira de crédito* permaneceu estável no mês e cresceu 0,6 na comparação com setembro de 2015, atingindo, 3,7%.

Causa

O *estoque total do crédito* em setembro apresentou recuo de 0,2% no mês e 1,7% em doze meses. Os *empréstimos contratados com recursos livres*, que representam 49,7% do total, atingiram R\$ 1.547 bilhões em setembro, declinando 0,2% no mês e 3,9% em doze meses. O empréstimo realizado às pessoas físicas diminuiu 0,3% no mês em R\$ 801 bilhões. No segmento de *peessoas jurídicas* houve queda de 0,1% no mês.

O *crédito direcionado* registrou retração de 0,2% no mês e crescimento de 0,6% em doze meses, somando R\$ 1.563 bilhões, refletindo, no mês, expansão de 0,5% nos *financiamentos às pessoas físicas* e queda de 0,8% nos relativos a *peessoas jurídicas*.

O *custo médio dos empréstimos para pessoas físicas* aumentou 0,7 p.p. em setembro e 5,1 p.p. em doze meses atingindo 42,5% a.a. Para as *empresas*, o custo permaneceu recuou 0,6 p.p. no mês e elevou-se 1,0 p.p. em doze meses chegando a 21,4% a.a. A taxa de *inadimplência da carteira de crédito referencial* manteve-se em 3,7%. Por segmento as *taxas* foram 4,2% para *peessoas físicas* e 3,3% para *empresas*. O *spread bancário* cresceu 4,9 p.p. em doze meses e 0,2 p.p. no mês chegando à em 23,4 p.p.

Consequência

O *crédito* mantém sua tendência de arrefecimento, apresentando queda nos últimos levantamentos. Para os próximos meses deve ser mantida a estagnação sem maiores oscilações.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Setembro/2016) - BACEN

Fato

Em setembro as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 465 milhões. As *reservas internacionais* no conceito de liquidez aumentaram US\$ 876 milhões, totalizando US\$ 377,8 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 335,1 bilhões.

Causa

No que tange ao *Saldo da Conta de Transações Correntes* acumulou nos últimos doze meses, *déficit* de US\$ 23,3 bilhões, equivalente a 1,31% do PIB, decorrente principalmente da *conta de serviços*, com *déficit* de US\$ 2,6 bilhões. Na *conta capital e financeira* que teve saldo positivo de US\$ 92 milhões, destacando-se no mês, os *ingressos líquidos de investimentos estrangeiros diretos*, US\$ 5,2 bilhões e redução de US\$ 4,9 bilhões nos *passivos de investimentos em carteira*.

A *movimentação das reservas*, durante o mês de setembro foi consequência, principalmente, *estoque de linhas de recompra*, *receitas de remuneração das reservas* e *das variações de preços e de paridades*. A *dívida externa* registrou redução de US\$ 1,3 bilhão em relação ao montante apurado em junho sendo composta por US\$ 62,3 bilhões em curto prazo, e US\$ 272,8 bilhões a médio e longo prazo.

Consequência

Apesar de elevado o *déficit em transações correntes*, preocupa menos, principalmente pela recuperação do *superávit da balança comercial*. Para os próximos meses, não são esperadas alterações muito significativas no cenário.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Setembro/2016) - BACEN

Fato

Em setembro, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 26,6 bilhões, considerando o fluxo de doze meses o acumulado atingiu *déficit* de R\$ 188,3 bilhões (3,08% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 2.699,9 bilhões (44,1% do PIB), aumentando, no ano, 7,9 p.p. na *proporção do PIB*. O montante dos *juros apropriados* atingiu R\$ 40,5 bilhões no mês, e R\$ 388,5 bilhões (6,35% do PIB) em doze meses. O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 67,1 bilhões, e no acumulado em doze meses o *déficit* atingiu R\$ 576,8 bilhões, 9,42% do PIB.

Causa

Na composição do *déficit primário*, o *Governo Central* gerou resultado negativo de R\$ 26,5 bilhões e os *governos regionais* R\$ 298 milhões. Por outro lado, as *empresas estatais* apresentaram *superávit* de R\$ 154 milhões. Com relação aos *juros apropriados* em setembro, R\$ 40,5 bilhões, houve relativa estabilidade em relação ao total apropriado em agosto, R\$ 40,7 bilhões. No ano, os *juros nominais* chegaram a R\$ 295 bilhões, diminuindo R\$ 113,3 bilhões em relação ao mesmo período de 2015.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como *percentual do PIB*, o avanço no ano foi consequência principalmente da *incorporação de juros*, da *valorização cambial* e o *déficit primário*. Em sentido contrário, contribuíram o *crescimento do PIB nominal* e o *ajuste de paridade da cesta de moedas*.

Consequência

Para os próximos períodos, a expectativa é de redução do *déficit primário* e da *relação Dívida/PIB*, apesar do *déficit nominal*, permanecer elevado.